



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

273^a Reunião Ordinária
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Ata da ordem do dia 13 e 14 de março de 2019

Brasília – DF

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 273ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

Data: 13 e 14/03/2019

1 Aos dias treze e quatorze do mês de março de dois mil e dezenove realizou-se a 273ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular
3 Norma Suely de Souza Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e
4 Representante da CAPEMISA – Instituto de Ação Social. Estiveram presentes os seguintes
5 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Maria Yvelônia dos Santos Araújo
6 Barbosa, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Mariana de Sousa
7 Machado Neris, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Titular Allan
8 Camello Silva, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Titular Bruno
9 Henrique Benfica da Câmara Pinto, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira
10 Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular
11 Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estados da
12 Assistência Social – FONASEAS; Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Marisa
13 Rodrigues da Silva, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência
14 Social – CONGEMAS; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da
15 CAPEMISA – Instituto de Ação Social; Conselheira Titular Rozângela Borota Teixeira,
16 Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes -
17 FEBRAEDA; Conselheira Titular Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante da Federação
18 Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas –
19 FENATIBREF; Conselheira Titular Margareth Alves Dallaruvera, Representante da Federação
20 Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS; Conselheira Titular Aldenora Gomes González,
21 Representante do Instituto Eco Vida; Conselheira Titular Solange Bueno, Representante do Fórum
22 Nacional dos Usuários do SUAS; Conselheiro Titular Clóvis Alberto Pereira, Representante da

23 Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB. Conselheiros na titularidade: Conselheiro
24 Marcos Maia, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Fernando Macedo
25 Brandão, Representante Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira; Conselheira
26 Suplente Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos(as) Trabalhadores(as) no
27 Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT. Conselheiros Suplentes: Ayrton Maurício Azeredo
28 Silva, representante do Ministério da Cidadania - MC; Conselheira Titular Marília Vilardi Mazeto,
29 Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Aline Araújo Silva - representante do
30 Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social - FONACEAS; Conselheiro
31 Suplente Josenildo André Barboza, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais
32 de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro Suplente Vandré Luiz Meneses Brilhante,
33 Representante do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável –
34 CIEDS; Conselheira Suplente Ivone Maggioni Fiore, Representante da Federação Nacional das
35 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – FENAPAES; Conselheira Suplente Vânia Maria
36 Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI; Conselheira Suplente
37 Ana Lúcia Soares, Representante da Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais –
38 ABRATO; Conselheira Suplente Tathiane Aquino de Araújo, representante da RedeTRANS;
39 Conselheiro Suplente Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum Regional dos Usuários do
40 SUAS da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR; Conselheira Suplente Jani Betânia Souza
41 Capibaribe, Representante da Associação Brasileira de Autismo – ABRA. **ABERTURA**
42 **13/03/2019:** A Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Presidente do Conselho
43 Nacional de Assistência Social – CNAS, explicou que em relação ao primeiro ponto de pauta a
44 Secretária Executiva do CNAS faria um esclarecimento. A Secretária Executiva, Maria das Mercês
45 explicou que o pregão eletrônico para contratação dos serviços teria acontecido no início do mês de
46 março. E, portanto, essa tarefa estava sendo realizada pelos técnicos da Secretaria Executiva. A
47 Presidente Norma passou para os Informes. Então a Secretaria Executiva tem Informes. Ministério
48 da Cidadania, também. CONGEMAS e FONSEAS, também. A CIT não tem. Conselheiros tem
49 informes. Antes dos Informes passaram à aprovação da pauta. E aí foi apresentada a seguinte
50 proposta: após o horário das 9h30 as 10h, serão os Informes. E continuou: “apresentação do produto
51 1 da consultora Jucileide Nascimento, que vai trazer a análise dos dados da série histórica dos
52 últimos 10 anos do Controle Social do SUAS. Então, nós temos essa pauta. E na parte da tarde nós
53 teríamos o Relato da Comissão de Monitoramento. E no dia de amanhã nos teremos todos os

54 relatos de todas as comissões e informes. Mas em virtude da nossa pauta urgente, que tem sido
55 tratada desde a nossa reunião trimestral com CEAS, que é a questão da conferência, nós temos uma
56 proposta, nossa sociedade civil temos uma proposta para este pleno. Preocupados com o debate da
57 convocação da conferência e de encontrar uma forma de consenso, uma proposta que seja realmente
58 interessante, tanto para o governo quanto para sociedade civil. A nossa proposta que nós
59 pudéssemos parar a nossa pauta na parte da tarde e amanhã e nos reunirmos para pensar
60 concretamente, senão no modelo novo, mas pelo menos nas diretrizes para esse novo formato para
61 que a gente tenha de fato algo concreto para apresentar, não só para o governo, mas também para os
62 colegiados. Para os conselhos estaduais, em fim. Para que a gente saia só desse discurso, temos que
63 fazer um novo, bom novo nossa interpretação será nessa linha, né? Então, a gente coloca aí para
64 aprovação deste pleno essa possibilidade de nos debruçarmos, na parte da tarde, e aí seria, já
65 complemento que a proposta de metodologia seria de repente uma divisão. Por comissões, talvez,
66 não sei. A gente pode pensar na melhor maneira, porque fazer aqui todo mundo junto vai ficar meio
67 complicado. Mas a gente dividiria talvez por comissões para pensar e depois voltaria, eu acho que
68 talvez fique mais, mais rico. Mas para a gente sair daqui com algo mais concreto mais palpável que
69 realmente possa demonstrar claramente que a gente quer. A gente tem esse encaminhamento, tem
70 essa diretriz da convocação da conferência, mas a gente também tem ideias para essa conferência,
71 não está uma coisa vaga, não está uma coisa solta. E que a gente quer fazer uma construção
72 coletiva, para dar um melhor direcionamento para os estados e para os municípios. Então, senhores
73 conselheiros, por favor”. O conselheiro Beto perguntou se as Comissões se reuniriam ou se fariam
74 uma reunião geral para elaborar uma proposta, pois não tinha ficado muito claro. A Presidente
75 Norma disse que a divisão em comissões era porque em grupos menores ficaria mais prático. A
76 conselheira Ivone pediu que fosse repetida a proposta e chamou a atenção porque se a conferência
77 fosse deliberada pela aprovação sem a nova metodologia, os municípios automaticamente estariam
78 se mobilizando para realizar no modelo antigo e isso traria muito muita confusão e prejuízo. Então,
79 entende que precisaria garantir que a convocação ocorresse na nova metodologia. Além da questão
80 dos recursos reduzidos. E completou que as ações e decisões precisam ser otimizadas. O
81 conselheiro Maurício consultou a Presidente se seria possível na inversão de pauta, que a Comissão
82 de Financiamento tivesse seu relato para a tarde daquele dia, porque no dia seguinte, pela manhã,
83 iria estar ausente em função de compromisso inadiável. A Presidente Norma esclareceu que
84 estavam com duas situações. A primeira era a suspensão da pauta, ou seja, suspensão da leitura de

85 todos os relatos para que possam focar na questão da conferência. E tem uma resolução da
86 Comissão de Financiamento que precisaria ser aprovada. O conselheiro Maurício esclareceu que
87 poderia ser aprovada no dia seguinte, o pedido foi em função do seu compromisso pessoal. A
88 Presidente Norma só esclareceu que a aprovação precisaria ser naquela reunião e por quórum
89 qualificado. O conselheiro Maurício esclareceu que teria impacto com relação aos estados. A
90 Presidente Norma ponderou rever a proposta e, sendo consenso do pleno, suspenderia a pauta e na
91 manhã do dia seguinte iniciaria com a Comissão de Financiamento. A conselheira Mariana iniciou
92 sua fala se apresentando por estar naquele espaço após o seu retorno da licença maternidade e
93 ressaltou da alegria de estar naquele fórum qualificado, naquela instância de deliberação máxima da
94 assistência social. Acrescentou quanto à necessidade de se discutir o mérito. Tem sentido falta de
95 aprofundar em relação ao que a Comissão de Monitoramento das Conferências apresentou. Disse,
96 ainda, ter concordância em alterar a pauta para ter mais espaço para o debate, mas que não tem
97 clareza quanto a convocar uma conferência, seja ela o formato que for. Por isso, acha importante
98 que a Comissão seja escutada e que possa apresentar os elementos para uma melhor compreensão e
99 análise das possibilidades, ou não, de convocação de uma conferência extraordinária. Então, antes
100 do formato, modelos, entende que é preciso ter clareza, discutir o mérito, ou seja, porque estamos
101 procurando convocar conferência? A conselheira Norma, para um acréscimo à proposta. Faria a
102 suspensão da pauta e mais tarde iniciaria com o relato da Comissão de Monitoramento. A
103 conselheira Margareth apresentou sua inquietude, pois haveria uma suspensão da reunião para
104 discutir o formato se a conferência nem tinha sido convocada. Então na linha da conselheira
105 Mariana, concordou que a reunião começasse pela Comissão de Monitoramento e a partir desse
106 relato que se vote ou discuta, ou se consensual, se vai ser ou não chamada a conferência em
107 dezembro de 2019. Entende que se no relato, o pleno deliberar que vai ter conferência 2019, então
108 entra posteriormente a proposta da conselheira Jane, de “como vai ser esse novo formato”. Também
109 concorda que a discussão do novo formato não deve acontecer no pleno, porque não tem
110 viabilidade. A Presidente Norma que a proposta inicial seria a suspensão da pauta, após o almoço,
111 para definir a situação da conferência, estudadas as diretrizes, para poder ter algo mais concreto.
112 Acrescentou que achou pertinente a lembrança da conselheira Maria de começar com o relato do
113 monitoramento incluindo a questão da convocação e partir para as diretrizes. A conselheira
114 Margareth demonstrou preocupação em relação à Comissão de Política, pois iria prejudicar
115 substancialmente para o mês seguinte, inclusive em função do planejamento. E consultou os demais

116 membros da Comissão que coordena, a conselheira Maria Yvelônia com os outros conselheiros da
117 Comissão, porque vai prejudicar o planejamento em função dos convidados para a questão do
118 SUAS e o sistema Justiça. A conselheira Maria Yvelônia sugeriu que cada Coordenador de
119 Comissão elencasse o que era primordial. A partir daí se estabelece o tempo que seria
120 disponibilizado para os relatos. A Presidente Norma sugeriu, então, que se fizesse o debate à tarde,
121 a partir da Comissão de Monitoramento e a partir dos encaminhamentos que ser definira a pauta do
122 dia seguinte. Mais primeiro venceria a pauta do dia. Também já definiam o relato da Comissão de
123 Financiamento por conta do quórum qualificado e das outras comissões definiriam no fim da tarde.
124 A conselheira Aldenora ponderou que “a proposta de suspender as pautas para fazer o debate da
125 conferência, de repente, do debate de agora da tarde, pode ser que nem seja necessário suspender
126 amanhã todas as pautas. Quem sabe hoje à tarde a gente não chega num consenso e fecha um
127 formato, uma proposta de metodologia e encaminha, inclusive, uma proposta de comissão, para que
128 essa comissão já comece a viabilizar todo o processo e a gente continua sua pauta amanhã. Penso
129 que esse encaminhamento dado por último é o melhor”. A Presidente Normas questionou se todos
130 estavam de acordo e não havendo discordância passou aos Informes da Presidência e Secretaria
131 Executiva. Ausências justificadas: o conselheiro Benedito Augusto, nessa reunião ordinária, por
132 compromissos pessoais; o conselheiro Maurício Cunha, nessa reunião ordinária, por compromissos
133 institucionais; a conselheira Mirian Queiroz, nos dias 12 e 13, por compromissos institucionais. O
134 restante dos outros informes, vocês já receberam. E também nos encaminhamos por e-mail, porque
135 são só os ofícios, as reuniões que realizaram, para a gente não ficar lendo aqui. A Mercês pediu para
136 registrar que nós não podemos deixar de registrar os aniversariantes do mês. Tem o meu aniversário
137 no dia 24, o da Tatiane no dia 28, e da Maria Yvelônia no dia 27 e o da Sandra no dia 26. E passou
138 para a conselheira Mariana fazer a apresentação dos novos conselheiros. A conselheira Mariana
139 apresentou o conselheiro Maurício Azeredo, do Ministério da Cidadania, da Secretaria Nacional de
140 Promoção do Desenvolvimento Humano; a conselheira Célia Melo, representante do FONSEAS e a
141 conselheira Aline Silva, também do FONSEAS e desejou as boas-vindas. O conselheiro Maurício
142 Azeredo agradeceu e fez um breve histórico profissional: “sou de carreira, Analista de Planejamento
143 e Orçamento, agora do Ministério da Economia. Antigamente do Ministério do Planejamento. Já
144 trabalhei na SNAS, aqui, de 2005 a 2007 e retornei ao antigo Ministério do Desenvolvimento
145 Social, agora Ministério da Cidadania, em 2017. E tenho a grata satisfação de ter sido indicado
146 agora para ser membro suplente do Conselho”. A conselheira Célia também agradeceu e disse ser

147 bom voltar àquela Casa e complementou dizendo que é do Ceará e está representando o FONSEAS,
148 a cuja escolha ocorreu na última reunião do Fórum de Secretários Estaduais de Assistência Social.
149 A conselheira Aline também agradeceu e disse ser assistente social de formação, atualmente
150 assessora técnica. Também falou que está representando o FONSEAS por indicação na última
151 reunião do Fórum. Destacou, ainda, que tem a missão de contribuir, também, para essa instância de
152 controle social. A conselheira Maria Yvelônia ressaltou todas as contribuições colocadas pelos
153 conselheiros anteriores e deu boas-vindas aos novos conselheiros Maurício, Aline e Célia. E, em
154 função da ausência momentânea da Presidente da mesa, convidou a conselheira Célia do FONSEAS
155 a fazer os informes. A conselheira Célia informou em relação ao que aconteceu no Fórum de
156 Secretários Estaduais ou a mudança significativa de gestores da Política Estadual de Assistência
157 Social. Disse que em relação aos gestores, só permaneceu a Secretária Elisa, de Mato Grosso do
158 Sul, os demais são novos gestores. Nessa reunião também foi feita a recomposição da Diretoria,
159 porque muitos secretários saíram. Também informou que em abril terá a recomposição da nova
160 diretoria, para mais um ano. A reunião será anterior à da CIT. A conselheira Maria Yvelônia
161 informou que está apoiando a Presidente Norma em virtude da ausência da Vice-Presidente
162 Karoline. E convidou a conselheira Marisa do CONGEMAS para os Informes. A conselheira
163 Marisa informou que a Presidente do CONGEMAS, Andreia, este reunida com a Secretaria
164 Especial do Desenvolvimento Social, Secretário Lelo Coimbra, no dia 27/02, onde tiveram como
165 pauta a recomposição do orçamento de 2018 e 2019. Também sobre um ato em defesa do SUAS
166 que estava programada para a próxima reunião, mas em virtude do cancelamento da reunião da CIT,
167 não seria possível. Então disse que a Presidente Andreia solicitou, em conjunto ao CNAS, fazer um
168 ato com a frente parlamentar em defesa do SUAS, liderada pelo Deputado Danilo Cabral, de
169 Pernambuco, tendo em vista que há vários deputados novatos. Também em relação as novas datas
170 dos encontros do CONGEMAS: Regional Norte, em Palmas, nos dias 2 e 3/04; Regional Centro-
171 Oeste, em Rio Verde, nos dias 23 e 24/04; Regional Nordeste, em São Luís, nos dias 29 e 30/04;
172 Regional Sudeste, no Rio de Janeiro, nos dias 15 e 17/05; e, Regional Sul, em Foz do Iguaçu, nos
173 dias 23 e 24/05. O Encontro Nacional esta definido para ser em Belém, no período de 6 a 9/08.
174 Ressaltou ainda, que a Presidente pediu que fosse demonstrada a preocupação em relação ao
175 recebimento dos recursos e solicitou que o CNAS intervenha junto ao Ministro para observar esse
176 repasse urgente. Nos informes dos conselheiros a conselheira Solange informou sobre o lançamento
177 da Campanha da Fraternidade que representou o CNAS no lançamento no estado de Santa Catarina

178 e tem como tema “Políticas Públicas”. Segundo Informe é sobre a audiência pública com o
179 Ministério Público, em relação à representação da sociedade civil, que ainda está em tramitação, e a
180 vinculação que o acórdão trouxe em 2009, em relação ao CPF dos conselheiros. Participaram dessa
181 reunião a Presidente Norma, Vânia, Ivone, Beto e Solange e o procurador que informou que após
182 receber o expediente está pronto a atender o pedido. Mais primeiramente, precisa conhecer o
183 acórdão de onde gerou essa questão da vinculação do nosso CPF dentro da função enquanto
184 conselheira. Disse que ele também informou que a cada 15 dias é trocado o responsável do processo
185 dentro do Ministério Público. Ainda que, como ficou com a Comissão de Normas o
186 acompanhamento da matéria, que provavelmente todos os meses teriam que solicitar informações
187 ao Ministério Público e também solicitar uma nova reunião para saber o resultado. A conselheira
188 Sandra lembrou de fazer referência à situação de Brumadinho que o relato já havia sido feito na
189 reunião trimestral pela presidente do Conselho de Minas. Também que tinham que evacuar duas mil
190 e quinhentas pessoas de Congonhas, devido à precariedade que está lá. Então a situação é grave.
191 Terminados os informes, a Presidente Normas chamou a convidada Jucileide Nascimento a compor
192 a mesa para apresentar o produto da consultoria realizada. A Senhora Jucileide do Nascimento
193 iniciou agradecendo a confiança do CNAS pela oportunidade de fazer uma pesquisa tão importante,
194 acerca do controle social que foi construído no Brasil nos últimos 10 anos. Então continuou sua
195 apresentação, conforme trechos abaixo: *“sou Jucileide Ferreira do Nascimento, atualmente estou*
196 *professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, fica na cidade de Cachoeira,*
197 *no interior do estado, sou assistente social, fiz a graduação na Universidade de Brasília, fiz o*
198 *mestrado em Política Social, também, na Universidade de Brasília, em 2017, eu terminei meu*
199 *doutorado também em Política Social na Universidade de Brasília e durante esse trajetória na*
200 *minha formação na vida acadêmica eu sempre pesquisei e estudei, né, sobre o Conselho Nacional*
201 *de Assistência, minha dissertação de mestrado foi sobre o CNAS. Fiz também uma atuação*
202 *militância política em vários espaços. Sou baiana com muito orgulho e fui conselheira de Salvador,*
203 *conselho municipal de Salvador, na década de 90, logo no início, né, da criação dos conselhos*
204 *municipais, fui conselheira estadual da Bahia por dois mandatos e agora estou retornando, né?*
205 *Como conselheiro estadual, e tive também o privilégio de ser conselheiro nacional no período de*
206 *2014, de 2015 á 2017, eu fiz um mandato aqui, como alguns conselheiros já falaram. Esse*
207 *conselho, na época que eu estava conselheira, eu estava fazendo doutorado e quando eu finalizei eu*
208 *disse que eu fiz dois doutorados, eu fiz um doutorado em Política Social na UNB e doutorado aqui*

209 no CNAS, é uma grande escola é um grande aprendizado. Então, com essa trajetória de formação
210 acadêmica e de formação política, eu fui selecionada para fazer essa pesquisa, na verdade, foi um
211 edital, no Brasil inteiro e o meu currículo foi selecionado e eu estou aqui para devolver uma parte
212 desse trabalho, né? Tem o segundo produto. Hoje eu apresento para vocês o primeiro. Foi um
213 período longo, eu usei na verdade os três meses de licença prêmio que eu tinha da universidade
214 para fazer esse trabalho, então, foram três meses de mergulho nessa pesquisa. Eu, de fato, não
215 descansei. Eu mergulhei nesse trabalho. Eu fiquei muito instigada, muito curiosa para conhecer os
216 dados do censo SUAS que estão aí desde 2010, que tratam dos conselhos desde 2010, mais a
217 sistematização desse sábado. Então, na verdade essa pesquisa que eu vou apresentar esse primeiro
218 produto, ele tem como tema a análise dos últimos 10 anos dos conselhos de assistência social no
219 Brasil e conselhos de âmbito municipais. Os conselhos municipais, os conselhos estaduais e o
220 Conselho Nacional de Assistência Social, nos últimos 10 anos de 2007 e 2017. Os dados que eu
221 pesquisei foram dados oficiais, nos dados do censo SUAS, que em 2010 a gente começa a ter dados
222 dos conselhos municipais, no censo SUAS, só a partir de 2010. Então, quando começavam o
223 recorte histórico era 2007, eu tive que buscar outras fontes de informações para fazer essa análise
224 sobre os conselhos, no município e no estado. Então, eu procurei uma pesquisa que foi divulgada
225 em 2003 e que foi já socializado nesse Conselho Nacional, que é uma pesquisa divulgada na 4ª
226 Conferência, a pesquisa LOAS mais 10, que fala sobre os dez anos de implementação da política de
227 assistência social, que foi conduzida na época pela professora Ivanete Boschetti. Então, procurei
228 esse documento análise dos dados desse documento, fui buscar outra pesquisa também que a
229 fotografia da ciência social que foi apresentada, em uma conferência em 2005, que foi coordenada
230 pela professora Aldaísa. E também, o outro documento técnico que foi feito né aqui no CNAS, foi
231 apresentado, e a Secretaria Executiva do CNAS disponibilizou as informações para mim. Que foi
232 um estudo sobre os dados do controle social a partir dos indicadores levantados pelo censo SUAS
233 de 2010. Além desses documentos eu pesquisei o fundo para os dados do censo suas e também
234 produtos do CNAS. Então, hoje o site do CNAS é uma grande fonte de informação. O site que foi
235 criado em 2007, ele é um grande depósito de elementos de pesquisa. Só para vocês terem uma
236 ideia, se vocês entrarem no banco de teses e dissertações da Capes existem 24 pesquisas,
237 dissertação de mestrado e doutorado acerca dos CNAS, em grande parte dessas pesquisas buscam
238 informações no próprio site do Conselho Nacional de Assistência Social. Então, a minha fonte de
239 pesquisa foram esses dados, que a grande parte dos dados que são públicos e o que eu fiz foi

240 *sistematizar essas informações. E quais são os objetivos dessa pesquisa? O primeiro objetivo é*
241 *analisar o processo histórico dos 10 anos, desenvolvimento do Conselho de Assistência social*
242 *considerando a infraestrutura a composição e atuação desses conselhos. O segundo objetivo, é*
243 *analisar as estratégias adotadas para aperfeiçoamento da atuação dos conselhos de assistência*
244 *social. O terceiro objetivo, indicar áreas prioritárias para o aperfeiçoamento da atuação dos*
245 *conselhos em todo o território nacional. E esses três objetivos eu separei por níveis, porque não dá*
246 *para fazer análise do CNAS da mesma forma que faz análise do conselho estadual e não dá para*
247 *fazer análise dos conselhos municipais da mesma forma que a gente faz análise do conselho*
248 *estadual. Então, tive que separar por níveis de atuação conselho nacional, estadual e os conselhos*
249 *municipais. Então, o primeiro objetivo que é a análise da infraestrutura em relação aos conselhos*
250 *estaduais, considerando, né, esses elementos, que eu pesquisei as fontes de pesquisa, podem passar,*
251 *em relação aos aspectos físicos e equipe técnica, né? No âmbito do CEAS do conselho estadual de*
252 *assistência os dados do CNAS. Eu vou falar no final, mas em relação ao CEAS, a pesquisa de 2003*
253 *a primeira pesquisa que foi feita há 10 anos após a implementação da LOAS, aprovação da LOAS,*
254 *mostrava que apenas quatro conselhos, ou seja 14,8% dos conselhos, tinham recursos existentes*
255 *né, já definidos para o funcionamento das atividades do conselho, em 2003. Os dados do censo*
256 *SUAS revelaram, é lembrando que eu fiz pesquisa do censo de 2010 a 2017, em 2017 que é a última*
257 *informação que eu tive acesso, 24 conselhos estaduais dispõem de recursos financeiros já previstos*
258 *no órgão gestor responsável pela Política de Assistência Social, e com destaque para alguns*
259 *conselhos, 23 conselhos estaduais, além de ter um recurso, né? A gente já possui recurso lá, mas,*
260 *além disso, eles possuem outras condições de funcionamento que são importantes. Vinte e três*
261 *conselhos estaduais possuem telefone de uso exclusivo e acesso à rede mundial de computadores.*
262 *Mas, Jucileide, porque essa informação é importante? É importante porque quando a gente fala de*
263 *dados da política de assistência nós temos hoje um banco de dados produzido por esse mesmo é*
264 *governo federal da SAGI, várias Bolsa Família, BPC, várias informações que o acesso à internet e*
265 *acesso ao telefone uma linha exclusiva é imprescindível para o trabalho desses colegiados. Então,*
266 *é importante registrar o acesso à rede mundial de computadores com uma fonte de trabalho dos*
267 *colegiados estaduais. Próximo. 20 conselhos possuem recursos financeiros para despesas*
268 *deslocamento de fiscalização das entidades e despesas com hospedagem e alimentação dos*
269 *conselheiros para reuniões descentralizadas. Esse dado também é muito importante é porque o*
270 *Conselho estadual, ele dialoga diretamente com os conselhos municipais. Então, ter recursos para*

271 *deslocamento, hospedagem e alimentação para reunião descentralizada, as ações junto aos*
272 *conselhos municipais é uma estratégia superimportante. As reuniões descentralizadas e uma*
273 *estratégia que o CNAS adotou e o 21 conselhos estaduais eles adotam recursos para que os*
274 *conselheiros participar das reuniões descentralizadas aqui em Brasília. Próximo. 17 conselhos*
275 *estaduais possuem recursos para custear despesas com compra de equipamentos e material de*
276 *escritório, parecer insignificante, mais alguns conselhos não têm ainda recurso definido preciso*
277 *pegar recurso de outra secretaria de outro órgão para recurso mínimo de material, né? Então, é*
278 *importante ter esse recurso já alocado. 16 conselhos estaduais possuem recursos para*
279 *deslocamento e hospedagem de conselheiros para as reuniões ordinárias. Então, lembrando que os*
280 *conselhos estaduais eles não representam a capital, eles representam o estado. Então, ter recursos*
281 *para que os conselheiros, que são do interior e tem acento no conselho estadual, é muito*
282 *importante. Então, hoje 16 conselhos estaduais possuem recurso para custear as despesas dos*
283 *conselheiros, que são cidades do interior e que tem acento no conselho estadual na reunião*
284 *ordinária. 15 conselhos estaduais possuem veículo de uso exclusivo. Mas por que que é importante*
285 *uso de veículo exclusivo? Assim, lembrando do tamanho território nacional, então, o caso da Bahia*
286 *que é o que eu tenho mais propriedade, porque foi conselheira durante dois mandatos e agora de*
287 *novo. Então, é importante que os conselheiros estaduais tenham veículos para fazer visitas aos*
288 *conselhos municipais, para fazer processo de capacitação, para fazer acompanhamento. Muitas*
289 *vezes contar apenas com o veículo do órgão gestor é muito complicado para fazer agenda dessa*
290 *visita. Então, na Bahia nos temos 417 municípios. Um outro estado que eu considero, que ter*
291 *veículo exclusivo do conselho é importante, estado de Minas Gerais, pelo tamanho do estado.*
292 *Então, 15 conselhos estaduais. Aspectos físicos e equipe técnica dos conselhos estaduais. Volta. É*
293 *do conselho municipal. Esse pode voltar aí. Pode continuar. Os dados quando, em termos*
294 *absolutos, são conselhos estaduais. Percentual; eu estou tratando dos conselhos municipais. Então,*
295 *os 5423 municípios que têm conselhos 87%; 8 contam com recursos do IGD, o IGD SUAS que é*
296 *3% do recurso, que esse recurso importante para considerar despesas e funcionamento do*
297 *Conselho. Além do IGD SUAS e também o IGD bolsa família. Então, 87% dos municípios destinam*
298 *recurso de pelo menos 3% para o funcionamento dos conselhos municipais. Pode passar. 79,9%*
299 *dos municípios preveem recursos na lei orçamentária para manutenção e funcionamento dos*
300 *conselhos municipais. Próximo. 56,1% possuem sede própria para o funcionamento do conselho.*
301 *Esse dado pode aparecer baixo, mas assim a gente precisa lembrar que quase 90% dos conselhos*

302 *municipais estão em municípios de pequeno porte 1 e 2. Então, ter sede, espaço próprio, é uma*
303 *tarefa muito complicada por conta dos recursos para os municípios. Então, lembrando que a*
304 *realidade dos conselhos estão, quase 90% dos conselhos municipais, estão em município de*
305 *pequeno porte 1 e 2, ter um 56,01 % espaço próprio para o seu funcionamento é um avanço, não é*
306 *o número pequeno é um número significativo. 79, esse dado é muito importante quem trabalha em*
307 *conselho é falando vocês aqui como conselhos nacionais a alma do CNAS e a secretaria executiva*
308 *sem o trabalho da secretaria executiva a atuação dos conselheiros, fica muito prejudicada, não e*
309 *só organizar pauta, organizar reunião e quando acaba a reunião e quando começa a reunião*
310 *secretaria executiva está atuando. Então, a gente fala que 79,1% dos conselhos municipais*
311 *possuem secretaria executiva, isso é importante. E lembrando que a secretaria executiva grande*
312 *parte são profissionais de nível superior, que estão nessa secretaria executiva nos conselhos*
313 *municipais. São dados muito relevante. A composição dos conselhos no Brasil. Um outro dado e*
314 *que foi muito importante, e para mim uma grata surpresa, pode aproximar, é que um marco legal*
315 *para eleição nomeação dos conselheiros nacionais, ele acaba sendo um espelho para os conselhos*
316 *estaduais e municipais apesar das dificuldades e os conselhos municipais de pequeno porte 1 e 2*
317 *tem, eles acabam usando como referência para a sua composição o marco legal do CNAS. Nós*
318 *estamos sob a égide do acórdão do TCU de 2009 que foi, né, em 2009 estabeleceu, que a*
319 *representação, a representação da pessoa física e também a resolução de 2017 que exige atual*
320 *atuação nacional das entidades e organizações para representar os usuários trabalhadores em*
321 *entidades e organizações de assistência social. Essas resoluções já existiam de número 20, ela*
322 *sempre é reeditada no momento da eleição do CNAS. Então, importante que as entidades assumam,*
323 *o colegiado CNAS, elas tenham uma atuação de âmbito nacional e isso acaba acontecendo,*
324 *também, nos estados, né? Para que as entidades ocupem o espaço da sociedade civil, elas precisam*
325 *ter representação na estadual, e nos municípios elas precisam ter capilaridade no âmbito*
326 *municipal. Então, um espelho que eu falei o que é colocado para o Conselho Nacional acaba sendo*
327 *repercutido e desdobrado nos estaduais e municipal ou estadual. Em relação, também, dado muito*
328 *relevante muito importante, os dados do censo suas desde 2013, já apontavam, né, que existe uma*
329 *estratégia em uma luta constante conselhos estaduais para cumprimento da composição paritária*
330 *entre governo e sociedade civil. Nos estados tem acontecido de forma, mas tranquila, mas quando a*
331 *gente olhar os dados do município, esse é muito mais difícil, até pelas características dos*
332 *municípios de pequeno porte 1 e 2, mas tem um elemento importante que acontece nos conselhos*

333 *estaduais, que é eleição da sociedade civil em assembleias próprias. Então, todos os conselhos*
334 *estaduais espelhando o que acontece no CNAS, e eles realizam a eleição da sociedade civil em*
335 *reuniões em assembleias próprias para esse processo eleitoral. Pode passar. É observado no*
336 *âmbito dos conselhos estaduais e tempo máximo de mandato dos conselheiros, de 2 anos, como*
337 *está estabelecido na resolução. Realização de plenárias para eleição também da presidência e*
338 *vice-presidência, alternância dos mandatos da presidência entre segmento do governo sociedade*
339 *civil, isso é encontrado nos conselhos estaduais. Pode passar. E limite de uma vez para reprodução*
340 *sendo apenas observado pela sociedade civil. Um problema que identifiquei e que eu sinalizo nas*
341 *considerações finais, do trabalho e estratégias que devem ser utilizadas, é que algumas vezes essa*
342 *observando a reprodução não é respeitada pelo governo, né? Então, o governo ele mantém a*
343 *pessoa, um representante, por mais de dois mandatos com maior reconstrução, então, tem*
344 *conselheiro do governo que ficam 10 anos como conselheiros. Então, isso é algo que o governo não*
345 *vem observando e que o problema para ser, eu considero, eu estou falando como pesquisadora, eu*
346 *considero que é um problema. É importante a gente ter espaços com novos sujeitos políticos*
347 *ocupando, né? Então, existe normativa assim que regulam o tempo máximo da sociedade civil e do*
348 *governo, mas isso é respeitado o nome da sociedade civil. E o outro elemento importante que eu*
349 *coloco no conselho estadual, ainda, é a paridade, a paridade é um “Calcanhar de Aquiles”. Hoje,*
350 *apesar de grande parte dos conselhos estaduais tem conseguido, ainda, o “Calcanhar de Aquiles”*
351 *é nas estratégias. Eu vou apontar para vocês, quais, são os problemas principais dessa paridade de*
352 *não está sendo cumprida nos últimos 10 anos. Apesar de ser agenda prioritária dos conselhos. Eu*
353 *coloco o que é agenda prioritária porque nas pautas que eu analisei e nos documentos que eu*
354 *analisei em relação aos conselhos, e se colocaram várias reuniões descentralizadas já discutiram*
355 *isso mas existem elementos que a gente precisa considerar para enfrentar esse problema. Pode*
356 *passar. Em relação aos conselhos municipais. Os problemas dos conselhos municipais são muito*
357 *parecidos, muito parecido com os conselhos estaduais, só que eu estou falando de mais de 5.000*
358 *mil municípios, município de pequeno porte 1 e 2. Então, todos os problemas que a gente encontra*
359 *na paridade nos estados, enfrentar esses problemas nos municípios e ainda mais grave. No entanto,*
360 *os municípios, eles fazem sim as assembleias, eles observam tempo de mandato dos conselheiros da*
361 *sociedade civil, por dois anos, a luz do que está regulamentada pela CNAS. Pode passar. Eles*
362 *realizam reuniões plenárias para a eleição da presidência e vice-presidência. Pode passar. E*
363 *alternância do mandato entre governo e sociedade civil, lembrando que com o estado, a*

364 *representação da sociedade civil, ela passa pelo processo de alternância, mas o governo nem*
365 *sempre, isso é observado. Pode passar. Pode passar. O próximo. Pode passar. O perfil dos*
366 *conselheiros; o perfil dos conselheiros foi um elemento muito importante, e imaginava que esse*
367 *perfil que eu vou apresentar aí, fosse diferencial entre CEAS e conselhos municipais. Não é. Os*
368 *dados dos senso SUAS relevam, que tanto conselheiro em município, quanto conselheiro no estado*
369 *e conselheiro no CNAS existe um alto nível de escolaridade. Mas, Juce, o que você chama de alto*
370 *nível de escolaridade? Eu comparo esses dados com o com os dados do IBGE, quando a gente fala*
371 *do nível de escolaridade no Brasil. É um número muito pequeno de pessoas com nível superior no*
372 *Brasil, a parcela insignificante da população ainda com nível superior no Brasil e se eu coloco*
373 *com mestrado, ainda menor e se eu coloco doutorado ainda menor. Menos de 2% têm pós-*
374 *graduação no Brasil. E aí os conselhos municipais os conselhos estaduais e conselho nacional tem*
375 *esse colegiado composto por pessoas com alto nível de escolaridade, ou seja, a grande parte que*
376 *tem nível superior, pós-graduação mestrado ou doutorado. Nas três nas três esferas. A faixa etária*
377 *entre 30 e 50 anos de idade, são pessoas que trazem para esses colegiados, são tanto o conselho*
378 *municipal, tanto o conselho nacional uma expertise na área da política de assistência social, na*
379 *sua área de militância, em outras esferas, da questão da política de assistência, na questão de*
380 *gênero, na questão da população em situação de vulnerabilidade. Então, eles trazem expertise pela*
381 *sua trajetória profissional, com pessoas experientes, mesmo que não seja experiente como*
382 *conselheira, elas trazem sim uma contribuição grande para esses espaços. E são mulheres, grande*
383 *parte das dos conselhos a sua composição são mulheres que estão ocupando os espaços. Uma*
384 *outra informação importante que está no senso SUAS, eu fiz questão de registrar, porque eu*
385 *considero que esse processo que começou a acontecer em 2014, qualificou os espaços dos*
386 *conselheiros, os conselhos, que é o processo de capacitação, não só capacitação do capacita SUAS*
387 *que acontece no Brasil inteiro, mas também as ofertas que são feitas pelo governo federal e*
388 *capacitação online. Então, são vários cursos sobre controle social sobre financiamento, sobre*
389 *vigilância socioassistencial, mesmo que os conselheiros não participem capacita SUAS, nos*
390 *estados de prova presencial, eles estão acessando as informações que estão disponíveis na rede de*
391 *computadores acerca da política de assistência social. Então, é dado importante. Grande parte dos*
392 *conselheiros estão acessando informações que estão disponíveis na rede de computadores. E o*
393 *capacita SUAS foi o programa criado em 2014 que está aí sendo colocado à disposição desses*
394 *colegiados. Tem um curso sobre controle social que é muito importante, no outro curso sobre*

395 *gestão e financiamento, também, que é importante. E que seus conselheiros, principalmente de*
396 *municípios que não têm acesso aí, não podem vir a Brasília, não tem como conseguir diárias para*
397 *se deslocarem para as reuniões técnicas em Brasília, mas se tiverem esses processos via rede de*
398 *computadores, nós teremos um colegiado capacitado, informado. Então, sobre controle social,*
399 *sobre vigilância, sobre financiamento, então, registrei isso aí, porque eu considere relevante.*
400 *Atuação dos conselhos de assistência. A representatividade nos conselhos. Assim, como eu falei é o*
401 *nosso “calcanhar de Aquiles”. Nessa pesquisa, eu considero que é o principal problema a ser*
402 *enfrentado pelos conselhos em todo Brasil. Então, nós estamos nessa com acórdão, o que pode ser*
403 *um repasse de recursos de 2017, observância da paridade entre as representações do governo e*
404 *sociedade civil, viu na composição dos conselhos de assistência, conforme estabelecido de 93 o*
405 *artigo 30 da LOAS, e a NOB SUAS 2012 reiterou isso, a necessidade de ter a representação e*
406 *representatividade de forma paritária. E avaliar razoabilidade dos eventos e descobrimento*
407 *observados na apresentação da tripartite, da representação do governo e sociedade civil. Porque*
408 *não é só a representação governo e sociedade civil, mas como essa representação se dá no*
409 *seguimento da sociedade civil. Que é a representação de usuários de entidades e de trabalhadores.*
410 *Os dados que buscar; em relação ao CNAS, o CNAS criou o plano de ação para cumprir a*
411 *determinação desse acórdão de 2017, e esse plano de ação é uma estratégia importante, e que está*
412 *em curso, é a revisão da resolução 237 de 2006, que foram realizadas pelo conselho nacional, já*
413 *foram realizados de algumas reuniões com conselhos estaduais, CAS/DF e conselho municipal,*
414 *para discutir o tema da paridade. Então, hoje as ações foram criadas, como por exemplo, as ações*
415 *continuadas da comissão de acompanhamento dos conselhos de assistência social. Queria muito*
416 *ficar aqui para assistir, o que vocês vão apresentar. Eu sou muito curiosa em relação ao trabalho*
417 *dessa comissão e respeito muito trabalho dessa comissão. E foi muito acertado, pelo que eu li, né?*
418 *Nos dados do censo suas e outros documentos, a criação dessa comissão âmbito do CNAS. Essa*
419 *estratégia é muito importante sim, junto aos conselhos estaduais e os conselhos municipais para*
420 *discutir o tema da paridade e representação e representatividade. Então, o CNAS está cuidado sim,*
421 *dessa pauta, está cuidando sim com muita presteza ao cumprimento de acórdão. Em relação aos*
422 *CEAS e CAS/DF; todos os estados e o Distrito Federal possuem o conceito de assistência, então*
423 *100%, no Brasil, nós temos conselhos. Como eu falei a gente conseguiu avançar muito. O grande*
424 *problema continua sendo em relação à paridade. Pode passar. Deles totalizaram a 422*
425 *conselheiros estaduais, sendo 216 representantes do governo e 206 representantes da sociedade*

426 civil. Então, em números gerais, em aproximar, a gente já percebe que não é comprida paridade.
427 Então, nós temos a maior parte dos conselheiros são estaduais e 206, uma diferença de 10
428 Conselheiros de forma geral no conselho estadual. Da sociedade civil, outro elemento importante
429 em relação à paridade, 81 conselheiros são dos segmentos de entidades, 56 no segmento de
430 trabalhadores e 67 no segmento de usuários, nos conselhos estaduais, e 17 possuem para paridade
431 na representação, dos 27 apenas 17, de fato, cumprem a paridade governo e sociedade Civil. Pode
432 passar. O total de estados não possuem paridade na representação: Acre, Amapá, Bahia, Goiás,
433 Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Lembrando que eu fiz a
434 pesquisa até dezembro de 2017, alguns conselhos passaram por um processo de eleição. Então,
435 esses dados, são dados do Censo SUAS. E lembrando que alguns dados do Censo SUAS, eles
436 precisam ser acompanhados pelos colegiados para verificar se os dados estão, de fato, alimentados
437 com informações verídicas. Os dados não mentem, mas às vezes a informação que é colocada, ela
438 acaba maculando a informação verdadeira. Com relação ao segmento da sociedade civil; 17
439 possuem paridade no segmento, 19 não possui paridade. E o CEAS da Paraíba ele não forneceu as
440 informações, né? Então, a gente falta a informação da Paraíba. Oi? Pode ser no final porque eu
441 estou com tempo, vocês anotam e no final vocês consideram, está? Os conselhos municipais;
442 comparando os valores de setembro a dezembro, destacamos o quantitativo de conselheiros
443 municipais no CADSUAS. Lembrando que esses dados, também, foram fornecidos pelo conselho
444 nacional. Quais foram os pontos positivos encontrados de setembro a dezembro de 2017? Pode
445 passar. Aumento da paridade na representação do governo, redução dos conselhos que estavam
446 sem paridade na sociedade civil. Então houve um melhorar. E redução do que não possui nenhuma
447 paridade na sua composição, na sociedade civil. Então, houveram processos eleitorais nos
448 conselhos, os dados que o trago são de 2017, provavelmente a gente tem já um outro retrato e isso
449 está sendo acompanhada pelo conselho nacional. Tem uma comissão acompanhando essas
450 informações da paridade sistematicamente. Pode passar. Por outro lado, ficou negativo a redução
451 dos conselhos municipais que deixaram de ter paridade na representação da sociedade civil. Esse é
452 um dado que eu pesquisei, que o CNAS cedeu para mim em 2018. Lembrando que 90% dos
453 conselhos municipais são pequeno porte 1 e 2, né? Isso elemento que a gente precisa considerar
454 quando a gente fala de representação de trabalhadores e usuários nesses conselhos municipais. Em
455 relação a atuação de conselhos de assistência social, falando sobre o CNAS. Pode aproximar.
456 Quais são os principais instrumentos utilizados pelos CNAS? Resoluções normativas, conferências

457 nacionais, reuniões descentralizadas, eventos de atividades de apoio técnico para os conselhos,
458 tanto conselhos estaduais quanto conselhos municipais, publicitação de informações via mídia, tais
459 com o blog CNAS, homepage, no facebook, o site do CNAS, o banco de dados com lista de e-mails
460 e 125 mil endereços que caminha duas ou quatro vezes por mês, ou seja, tem um o banco de dados
461 muito importante de contato com os conselhos municipais, estaduais, realização de ações
462 iniciativas que fomente a qualificação dos conselhos no desenvolvimento de suas obrigações legais
463 e regimentais. Pode passar. Publicação de informações e execução de atividades técnicas que
464 estimulam os conselhos a cumprir as funções previstas na LOAS e na resolução do CNAS. Pode
465 passar. Já olhei aqui e vi se tinha um tempo da minha fala. Vamos lá! Pode passar. Adoção de
466 medidas para aprimoramento do monitoramento fiscalização de acompanhamento de serviços,
467 programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Discussão e aprovação de critérios e
468 parâmetros nacionais para a transferência de recursos para estado, município e Distrito Federal.
469 Materialização das ações que fomentaram debates acerca do marco regulatório das organizações
470 da sociedade civil, isso em vigor. Realização de ações continuada para orientar os conselhos
471 acerca do cumprimento das ações fiscalização junto à rede socioassistencial e ao financiamento da
472 política de assistência social. Essas ações que o CNAS vem desenvolvendo ao longo da sua
473 trajetória. Criação de estratégias para capacitação para conselheiros de assistência social seja ela
474 capacitação online ou presenciais. E apreciação e aprovação dos relatórios trimestrais de
475 execução orçamentária do Fundo Nacional de Assistência social. Essas informações do CNAS eu
476 pequei do relatório execução do próprio conselho, né? Cada ano acaba um período, ele divulga no
477 site o seu relatório de execução, atas de reuniões, também, do CNAS. Análise do relatório de
478 execução orçamentária e financeira das ações de funcionamento do conselho. Adoção de medidas
479 para aprimorar o processo de comunicação entre os colegiados dos conselheiros e assistência
480 social, do conselho, e entre eles, e os demais conselhos, conselhos estaduais e municipais. Pode
481 passar. Em relação aos CEAS; o CEAS, nós conseguimos perceber, esses são dados do censo
482 SUAS. Pode aproximar lá. Que 27 conselhos estaduais conseguem. É a realização da reunião da
483 sociedade civil em fóruns próprios com esse objetivo, ou seja, 100% dos conselhos estaduais no
484 SUAS, atuação conseguem fazer isso. 100% em forma que as eleições são realizadas reuniões
485 plenárias. Próximos. 100% do calendário anual ordinário definido aprovado na primeira reunião
486 do conselho, isso é importante para a organização dos colegiados. Publicação das suas
487 deliberações, diário oficial. Informa que possuem comissões temáticas em funcionamento, a luz das

488 *orientações do CNAS e realizam as conferências estaduais. Estou falando de 100% dos conselhos*
489 *estaduais. 26 conselhos estaduais conseguem: a alternância de mandato entre governo e sociedade*
490 *civil, são instâncias de controle do Bolsa Família. Pode passar. 25 criaram comissões de*
491 *acompanhamento aos conselhos municipais a luz o que existe no conselho nacional e do que existe*
492 *no conselho estadual. Eles criaram a comissão de acompanhamento. 24 CEAS deliberam sobre o*
493 *critério de repasses de recursos para municípios. 22 CEAS acompanham e fiscalizam a execução*
494 *do Programa do Bolsa Família. 21 CEAS acompanham o processo de liberação do CNAS, todos os*
495 *processos. 19 CEAS deliberaram sobre o plano estadual de assistência social. 18 conselhos*
496 *regulamentaram os benefícios eventuais. 17 conhecem e acompanham as metas do pacto de*
497 *aprimoramento da gestão e deliberam sobre a proposta anual do orçamento executivo, para o ano*
498 *de 2017. E 16 conselhos acompanham as comissões tripartites, Comissão Intergestores Tripartite.*
499 *Em relação aos conselhos municipais, considerando 5.000, que são 5.413, que responderam ao*
500 *Censo SUAS, existe um número maior é 5.413 no banco de dados do censo SUAS. 99,4% realização*
501 *conferência municipais da assistência social. Lembrando que recurso para conferência, muitas*
502 *vezes os conselhos municipais têm dificuldade para esse recurso, mas eles conseguiram realizar as*
503 *conferências em 2017, quase 100% dos conselhos municipais realizaram. 76,9% possui calendário*
504 *anual de reuniões ordinárias. 86,6 informaram e seus municípios tem planos de assistência. 84,9*
505 *deliberaram acerca dos planos municipais de assistência social. E 59 regulamentar os benefícios*
506 *eventuais. 91,81, muito importante esses dados, são instância de controle do programa Bolsa*
507 *Família, porque quem estuda política de assistência social sabe que a vulnerabilidade acontece no*
508 *território, no município, e ter esses conselhos municipais como distância do controle do Bolsa*
509 *Família é uma estratégia muito importante para a política de assistência social. 90,4 também*
510 *fiscaliza as ações do programa Bolsa Família. E 47,1 fiscalizam a rede socioassistencial, seja rede*
511 *pública ou rede privada. As estratégias adotadas para atuação dos conselhos nos últimos anos.*
512 *Então, nós percebemos que o CNAS ele adotou várias estratégias e essas estratégias acabaram se*
513 *tornando produtos que se transformaram em resoluções normativas que foram publicadas, são*
514 *várias resoluções. E, também, essas estratégias elas foram a materialização de conferências que*
515 *ocorreram, desde 2005, a primeira conferência, na verdade em 95 a primeira conferências, e*
516 *periodicidade bianual. Então, muitas estratégias adotadas na política de assistência social, elas*
517 *foram oriundas dos processos conferenciais que observaram essa periodicidade. Então, desde a*
518 *conferência é considerada marco zero, lá, logo após a publicação da LOAS até a primeira*

519 conferência. Então, muitas deliberações, elas ouviram e elas foram processo de aprimoramento
520 deste conselho nacional, acerca do que estava sendo construído na política de assistência social.
521 Uma estratégia importante, também, desse conselho, foi a criação da Comissão de
522 Acompanhamento dos Conselhos. Que eu acabei já falando aquilo no pouquinho mais lá atrás.
523 Outras estratégias importantes foram as reuniões trimestrais com a presença dos conselhos
524 estaduais e CAS/DF. A presença das trimestrais como estratégia do CNAS é importante. Outro,
525 também, são as reuniões regionais com os CEAS e o CAS/DF. Outra estratégia da reunião
526 descentralizada sem ampliadas que são programadas em duas ou quatro reuniões de caráter
527 descentralizador. Estratégia importantíssima temas relevantes acabam sendo discutidos nessas
528 reuniões, eu me debrucei sobre os relatórios né, sobre as atas dessas reuniões. Então, temas
529 importantes como, por exemplo, a questão da paridade, ela começou a ser discutida já em 2014, em
530 uma reunião descentralizada que ocorreu em Salvador na Bahia. Essa reunião descentralizada a
531 acabou transformando sendo transformada em 2015 em duas revoluções, que é a resolução que
532 trata sobre a representação dos usuários, resolução 06 e resolução 011, que retrata a
533 representação dos trabalhadores e foi um produto de um RDA que ocorreu na Bahia 2014. Pode
534 passar. Encontros de capacitações e oficina de trabalho com os conselhos estaduais e CAS-DF. E o
535 site próprio do CNAS, que é que é a menina dos olhos de vocês, vocês têm como colegiado o CNAS,
536 a alma que a mercês e a menina dos olhos que é o site do CNAS, é uma grande fonte de pesquisa.
537 Eu como pesquisadora sempre que eu visito o site tem novidade, tem informações importantes.
538 Então, é importante registrar isto aqui, no site do CNAS, de fato, é uma fonte rica de pesquisa. o
539 SICNAS que existes desde 2006 e o ID de 2015, também, uma estratégia é muito importante. E o
540 manual que é o mais recente, um manual de emendas parlamentares em 2018 que a discussão das
541 emendas parlamentares existe no abito da política de assistências a muito tempo e agora em 2018
542 gente saiu com esse produto que é o manual de emendas parlamentares que, também, está
543 divulgado no site do conselho. Pode passar. Os CEAS e CAS/DF, criação de secretarias executivas,
544 para funcionamento, todos os 27 conselhos tem secretaria executiva no funcionamento. Próximo.
545 Todos os conselhos possuem previsão de recursos para funcionamento e manutenção. Em relação
546 ao processo eleitoral; os 27 conselhos revelam que as eleições ocorrem em foram os próprios,
547 como já falei e explorei isso, com mandatos e reuniões próprias para escolha a presidente e vice-
548 presidência e existe alternância entre presidência do governo e da sociedade civil, que é
549 importante. Pode passar. Informam na pesquisa do senso SUAS que possuem comissões temática, a

550 *luz das comissões que existe na CNAS e das orientações dos CNAS também sempre encaminham.*
551 *Pode passar. Os conselhos municipais; observância das orientações do Conselho em relação ao*
552 *tempo de mandato. Eleições da sociedade cível, assembleias próprias, alternância de mandato*
553 *presidente e vice-presidência. Próximo. Também. Pode passar. E o nosso “calcanhar de Aquiles” é*
554 *o processo da paridade que está em construção e a representação da entidade de organização de*
555 *assistência social, ainda é grande parte dos colegiados os conselhos municipais, pela história da*
556 *entidade na política de assistência de uma história bem mais antiga, a gente precisa respeitar esse*
557 *processo histórico, mas também pelas dificuldades, né? Toda vez que representei o conselho eu fui*
558 *representante de trabalhadores e como trabalhadora, e outros colegas que são trabalhadores, é a*
559 *dificuldade que nós temos primeiro para nos ausentamos os nossos locais de trabalho a gente não é*
560 *licenciado, então, a gente participa de um conselho estadual, tem um papel político importante é*
561 *nós somos sujeitos públicos e importantes, mais o nosso local de trabalho sobre a universidade*
562 *federal, eu não, nem por isso, eu não recebo nenhum tipo de abono, de carga horária, de sala de*
563 *aula, considerar isso como atividade de extensão de pesquisa. Então, não existe uma estratégia*
564 *específica para os trabalhadores que estão nesses espaços, eu falo com professora universitária,*
565 *mas os outros trabalhadores eles acabam acumulando além do seu trabalho, o trabalho do*
566 *conselho e isso acaba sendo muito difícil ocupa esse espaço, tanto é, que dos três segmentos da*
567 *sociedade civil os trabalhadores e as que estão sub-representações. Os usuários com as revoluções*
568 *de 2015 eles conseguiram se organizar, uma estratégia importante foram os fóruns dos usuários,*
569 *mas os trabalhadores ainda têm uma dificuldade de liberação do seu trabalho para as reuniões, até*
570 *por que as reuniões acontecem dias úteis, então é segunda, terça, quinta e sexta são dois dias de*
571 *trabalho. Então, fica muito complicado. Então é um elemento que a gente precisa considerar.*
572 *Agora, já finalizando, na verdade meu trabalho. Indicação de áreas prioritárias no âmbito do*
573 *CNAS, as áreas que a gente conseguiu identificar; é aprofundar a discussão, acerca das metas*
574 *orçamentárias de prioridades no âmbito do PPA, na lei de diretrizes orçamentárias e lei*
575 *orçamentária atual e fomentas audiências públicas para discutir esse tema é importante, né? Já*
576 *com a redução de recursos escassos, né? Nós estamos sob a égide da emenda constitucional.*
577 *Então, a gente precisa considerar. Não é um cenário satisfatório para partidização das políticas*
578 *sociais e nem uma Instância. E fala da política de assistência de uma política nova de 93, no*
579 *âmbito da Seguridade Social, nós estamos sob a égide da lei da Constituição do novo regime fiscal.*
580 *Então, a gente vai ter gradativamente a redução de recursos. Então, é importante que a gente*

581 *considere isso, quando a gente discute recursos financeiros para a política assistência. Uma outra*
582 *estratégia é que os conselheiros consigam dialogar com suas bases, com as entidades, com os*
583 *movimentos sociais de forma mais articulada, tem uma representação de forma mais constante com*
584 *base e entidade de movimentos sociais representando aqui no CNAS. Pode passar. Recompôr, né?*
585 *Uma das coisas que me chamou atenção nesse estudo, eu pesquisei o CNAS desde da sua criação*
586 *lá em 94, né? Então, o CNAS tinha um quadro, um organograma, o estudo já foi entregue para o*
587 *CNAS, é um estudo de 180 páginas, esse material, aqui os critérios de 180 páginas em 40 minutos,*
588 *mais ou menos, mas o estudo mostra que existe um desafio importante colegiado precisa ficar*
589 *atento. Nós estamos hoje atual conselho nacional, ele tem o quadro de servidores o que representa*
590 *50% do número de quadro. Houve uma redução em 2016. O Decreto 8.949, ele extinguiu os cargos*
591 *de comissões e funções gratificadas, foram reduzidas para nove. Então, nós tínhamos 18 cargos e*
592 *comissões, hoje o CNAS com todas as ações que ele continua desenvolvendo, houve a redução de*
593 *cargos sim, mas as ações continuam sendo desenvolvidas, mas com metade do pessoal. Então, nem*
594 *na sua origem, em 94, quando CNAS, de 94 até 2009 o CNAS teve uma atuação muito mais*
595 *cartorial, né? Quem acompanha a história desse conselho, era uma atuação muito mais ligada*
596 *para certificado de entidade beneficente de assistência social, nem 94 nós tínhamos um quadro tão*
597 *reduzido, de cargo em comissão e funções gratificadas, nós aumentamos né, eu analisei não só os*
598 *cargos, mas eu analise o regimento do CNAS e na análise do regimento do CNAS a gente percebe*
599 *a ampliação das funções que eram em 94 e agora atual rendimento do CNAS existe um atitude de*
600 *funções desse conselho e funções de fato não só administrativa, mas funções políticas com relação*
601 *à gestão da Política Pública de Assistência Social e esse conselho nacional tem um papel*
602 *importante. Então, essa é uma ação que eu considero relevante, prioritária, para esse colegiado se*
603 *debruçar nesses estudos. Os dados estão disponíveis no arquivo final do trabalho que tem 180*
604 *páginas mais ou menos, para vocês lerem que tem a pesquisa interna que eu fiz. Corrigir, o não*
605 *cumprimento, de prazo máximo de mandato de dois anos por parte dos representantes*
606 *governamentais e na observância do limite de recondução por parte desse mesmo segmento.*
607 *Próximo. Divulgar nas redes sociais e no site do CNAS a trajetória do Conselho desde 94. Então,*
608 *uma das coisas que eu pesquisei no site, eu achei nas atas, nos relatórios do CNAS, mas no site a*
609 *gente não consegue ver essa trajetória mais detalhada do que foi de fator esse conselho. Essa*
610 *história precisa entrar no site, precisa ser acessado de forma mais ampla. Pode passar. Inserir no*
611 *site ou nas redes sociais do CNAS, o processo histórico da temporalidade de mandato dos*

612 *conselheiros representantes do governo e da sociedade civil desde o primeiro mandato, criado 94.*
613 *Porque que essa informação, eu considero relevante? Lembrando que nós estamos sobre acordão,*
614 *o que vale é o CPF da gente. Então é tão importante dizer: esse CPF vem de que lugar? De que*
615 *lugar que ele está falando? O lugar de fala desse CPF. Por mais que ele representa uma entidade*
616 *tem uma trajetória política, formação acadêmica e de defesa de bandeira, de luta. Então, eu*
617 *considero, posso estar enganada, né? O meu trabalho estar aqui para ser avaliado por vocês. Mas*
618 *eu considero relevante como colocar assim: quem são os representantes dos CNAS, desde a sua*
619 *origem 94 até hoje? Fomentar esforços para dar ao levantamento dos dados do censo SUAS para*
620 *contemplar as especificidade e características dos municípios de pequeno porte 1 e 2 e respectivos*
621 *conselhos municipais. Então, têm uma característica dos municípios de pequeno porte 1 e 2, esses*
622 *municípios, de fato, terão dificuldades para cumprir a paridade como estar estabelecido no*
623 *acórdão de 2017, e a gente precisa dialogar com os dados do Censo SUAS, para que essa*
624 *característica dos conselhos municipais apareça, a gente não pode analisar os conselhos*
625 *municipais como a gente analisa os conselhos estaduais. Pode passar. Criar mecanismos*
626 *administrativos para, nas resoluções publicadas do CNAS, se elas foram aprovadas com quórum*
627 *qualificado ou não. Então, o recurso do quórum qualificado está no regimento do conselho*
628 *nacional e geralmente são pautas que tratam da política de assistência social, da gestão da política*
629 *de implementação do sistema único. Então, é importante que fique registrado e coloque. Porque lá*
630 *nas revoluções, no site do CNAS, tem: resoluções normativas administrativas. E nessas que fique*
631 *colocado uma informação de nota de rodapé, não sei, que essa resolução foi aprovada por quórum*
632 *qualificado. O fato de ser quórum qualifica, a gente saber a relevância desta resolução, também, é*
633 *uma sugestão. Mas cadê você depois avaliarem. Pode passar. Em relação ao CEAS e CAS/DF;*
634 *acompanhar e materializar essa deliberação do CNAS, deliberação de conferências nacionais e*
635 *estaduais. Próximo. Estimular a criação e para que os conselheiros desenvolvam durante seus*
636 *mandatos uma maior articulação com suas bases, entidade e movimentos sociais, bem como os*
637 *órgãos legislativos, ampliação da representação e da representatividade. Então, e importante que*
638 *seja utilizada como estratégia. Adotar medidas junto ao legislativo estadual para assegurar*
639 *recurso orçamentário para política de assistência. Então, esse manual das emendas parlamentares*
640 *já é uma estratégia importante, elemento bom para os conselheiros estaduais se debruce sobre esse*
641 *manual. Próximo. Ampliar a participação da articulação política dos colegiados com outras*
642 *instituições. Publicizar ações com as deliberações, articulação com outros conselhos de direitos e*

643 *políticas setoriais, e lembrando que a política de assistência e uma política transversal, a gente não*
644 *vive de forma isolada, na verdade a nossa política ela acaba tocando em todas as políticas públicas*
645 *que existe no Brasil. Discutir com o poder legislativo temas de interesse da assistência social.*
646 *Então, as frentes parlamentarias da política de assistência social são importantes, a gente precisa*
647 *fomentar e gerar esforços para que isso seja um diálogo constante. Pode passar. Melhorar*
648 *infraestrutura e Recursos Humanos, oferta a formação continuada capacitação para conselheiros,*
649 *a luz que estar em vigor que a Política Nacional de Educação Permanente, ne? Tem uma resolução*
650 *aprovada por esse conselho que fala da educação permanente. A NOB/RH, também, fala de*
651 *capacitação de conselheiros seja presencial, seja a distância, já que nós estamos falando de parques*
652 *recursos, mas tem material online, a gente pode lançar um desse material e fazer uma discussão, e*
653 *viabilizar o debate mais amplo sobre paridade entre segmentos; usuários, trabalhadores e*
654 *entidades. Ampliar a qualidade estabelecer a representação de segmento dos trabalhadores e*
655 *usuários. Lembrando que os maiores desafios nos dados no Censo SUAS revelam, que é a*
656 *representação dos trabalhadores. Os conselhos municipais, então, injetaram esforços para*
657 *materializar resoluções, deliberações das conferências. As conferências elas direcionam sim as*
658 *ações desenvolvidas pelos conselhos. Ampliar o acompanhamento e monitoramento das ações*
659 *desenvolvidas pela entidade, em consonância estabelecida com as normativas em vigor. Criar*
660 *estratégias para que os conselheiros, consigo desenvolvido, durante seus mandatos, sua maior*
661 *articulação com suas bases, movimentos sociais, bem como os órgãos legislativos. Pode passar.*
662 *Ampliação da representação e representatividade. Definir recursos orçamentários para a política*
663 *de assistência. Os conselhos municipais, eles não conseguem interferir muito. Os dados do Censo*
664 *SUAS revelem isso. Eles não conseguem definir ter uma incidência maior na questão de critério de*
665 *partilha. Já que alguns municípios não mostram de forma transparente a questão da partilha de*
666 *recurso, né? No âmbito dos conselhos municipais. Então, é importante, é um outro elemento que*
667 *gente precisa considerar, nos conselhos municipais. Pode colocar o próximo. Publicitação e*
668 *deliberações, articular com outros conselhos de direitos e politizar setoriais, discutindo com o*
669 *poder legislativo acerca do tema de interesse aplicada da política de assistência social.*
670 *Infraestrutura e funcionamento; melhorar infraestrutura e recursos humanos, ofertar formação*
671 *continuada à luz do que está na PNEP, na NOB/RH do SUAS, e viabilizar a paridade de segmento,*
672 *trabalhadores, usuários e sociedade civil. E contemplando isso, também, um grande desafio, é o*
673 *quantitativo de membros do colegiado nos municípios de pequeno porte. A gente precisa respeitar*

674 a paridade, para respeitar isso a gente tem que diminuir o número de representantes nos
675 colegiados municipais. Isso é algo que a gente precisa repensar. Pode passar. E as considerações
676 finais, eu considero, né? A pesquisa, eu lembro que eu comecei a analisar sobre a política de
677 assistência em 95, a lona da graduação na UNB. Eu me interessei pela política de assistência. Ela
678 começava. Eu fui estagiária na época do ministério, não lembro nem mais o nome, em 95 quando
679 existiram os escritórios de representação das SAIS, eu fui estagiária desse escritório, de uma
680 comissão de coordenação chamada coordenação de descentralização, e nessa época como
681 estudante de serviço social da UNB, o grande desafio era descentralizar, o grande desafio era fazer
682 com que os municípios e os estados assumissem essas políticas que começaram a surgir com a
683 LOAS em 93. E nesse escritório, né? De representação dos estados, era escritório de representação
684 mesmo, eu era estagiária de Marlice e de Leize Roriz, eu fui estagia dela duas, elas eram
685 assistentes social e eu fui estagiara dela duas. E nessa pesquisa a principal dificuldade era, de fato,
686 que os municípios assumissem o seu papel como órgão executor da política de assistência social e
687 fiscalizador desse órgão. E agora, né? Muito tempo já se passou, muito tempo, e eu continuo na
688 política de assistência e eu percebo que nem nesse cenário a disputa pela espera pública é um
689 processo de aprendizado constante e eu percebo, também, que quanto mais diversos forem os
690 sujeitos políticos presentes nesses espaços, mais amplo será o exercício da cidadania e explícita
691 será a diferença entre os conflitos de interesse nessa arena de construção, que é a cidadania
692 participativa e da participação popular, e quando a gente fala da política de assistência, isso ainda
693 fica mais difícil, porque lembrem a política da assistência ela e de 93. É muito recente, ne? Ainda
694 é uma criança comparada com outras políticas como a saúde, com a previdência social. Pode
695 passar. E hoje o principal desafio, seja CNAS, seja os conselhos estadual, seja os conselhos
696 municipais e para os próximos 10 anos, né? Essa pesquisa aponta que é a defesa da política de
697 assistência social nos moldes que ela foi construída, lá em 93, nos moldes do que foi construído na
698 política de assistência social e nos moldes do que está na Constituição de 88, no artigo 204, que
699 estabelece a participação democrática na construção dessa política pública. Então, os grandes
700 desafios que essa pesquisa aponta é que os colegiados sejam eles nas esferas municipais, estaduais
701 ou nacional, defendam a política de assistência social nos moldes do que está na política de
702 assistência social, na LOAS, na Lei 8.742/93 e na Lei 12.435 de 6 de julho de 2011, que amplia e
703 aprimora a política de assistência social no novo modelo de Sistema Único de Assistência Social.
704 Então, essa é a minha contribuição. Essa é a pesquisa. Aqui foi parte da pesquisa. Vários

705 *elementos estão mais detalhados, eu não pude detalhar por conta do tempo, mas eu me coloco à*
706 *disposição para as perguntas e os questionamentos. Eu acredito que a pesquisa está disponível*
707 *para os conselheiros”.* A Presidente Norma agradeceu o trabalho e abriu ao debate. A conselheiro
708 Marcos ressaltou que a consultora utilizou o Censo SUAS em seus argumentos e falou da satisfação
709 porque esse trabalho foi desenvolvido pela vigilância socioassistencial juntamente com a SAGI.
710 Também ressaltou a importância do acompanhamento dos dados do Censo SUAS pelo Conselho
711 Nacional e por todos, para reforçar a questão da veracidade do Censo SUAS; porque ele será mais
712 qualificado, o dado, quanto mais acompanhamento ocorrer. Colocou, ainda, que é preciso adequar
713 os dados do Censo SUAS para os conselhos e os municípios de porte 1 e 2. Questionou, ainda, em
714 relação aos dados que o órgão dispõe do Censo SUAS em relação a questão do conselho, que são
715 dados do CadSUAS, só que fixa um momento para os dados estarem atualizados para que esses
716 dados sejam alimentados, diariamente ou cotidianamente. Então, ocorre um grande mutirão, em
717 agosto, e as informações que tem no CadSUAS e no Censo SUAS, e dizem respeito a composição
718 de conselheiros; o resto é resposta no Censo SUAS. Que não é uma composição que consta
719 nominalmente, e nessa é que se tem uma aproximação a respeito da paridade. Então, ele precisa
720 demonstrar a participação da sociedade civil e de governo. Nessa informação, o que se tem é a
721 composição do conselho. Não é uma questão de pequeno porte 1 e 2. A paridade no pequeno porte 1
722 e 2 tem que ser vista, paridade e proporcionalidade; muito mais a proporcionalidade. Considera que
723 os dados são externos ao Censo e que, na realidade, se não tem entidade no município não pode ter
724 proporcionalidade. Mais isso não há adequação no Censo SUAS, é externo ao Censo SUAS. E o
725 esclarecimento era só em relação a isso. A conselheira Solange parabenizou a consultora e destacou
726 que foram apresentados dados bem importantes que fizeram parte do controle social, dos acórdãos,
727 da 237. Destacou que, apesar do tema ser discutido na Comissão de Normas, quando são colocadas
728 algumas questões, principalmente dentro do segmento do usuário, a questão da paridade, é um
729 desafio. A questão do artigo 30 da LOAS, como se pensar na discussão que traga a representação
730 para dentro do Conselho, principalmente quando está se estudando e tentando organizar os usuários.
731 São coletivos ainda dentro dos serviços e que, não conseguem ainda por uma autonomia, se
732 organizarem por serem um coletivo que vai avaliar o serviço. Frisou ser um desafio a legitimidade
733 da representação do usuário. Então são questões que quando se trabalha representação e
734 representatividade, se precisa saber como está formada a sua base. E está sendo trabalhada 237 no
735 Conselho Nacional e entende que é uma pauta que precisa ser aprofundada. A conselheira Sandra

736 ressaltou a importante dos dados para os conselheiros. Por estar na Comissão de Acompanhamento
737 aos Conselhos está participando efetivamente do plano, e vê que nesse plano de ações se bateu
738 muito na formação política, desde representantes da sociedade civil nos conselheiros. Também
739 frisou sobre a questão da paridade colocada pela conselheira Solange que a antecedeu na fala. Cita o
740 exemplo que vê no plano, ações e orientações da 237 que estão com a tarefa de no dia 15 pensar na
741 dimensão de participação, pois se um trabalhador do CRAS para participar dos conselhos, já é
742 complicado, fica muito mais difícil uma entidade liberar um trabalhador para chegar a esse espaço.
743 A conselheira Marisa também cumprimento e destacou o quanto é importante o olhar da academia,
744 da pesquisa para os conselhos e para a execução da política na gestão. Também ressaltou que tudo o
745 que está sendo colocado no produto é importante porque está se procurando efetivar no plano de
746 ação, é uma contribuição. Então perguntou se foi mencionado algum percentual da Lei do SUAS
747 nesse produto? Ressaltou que é importante figurar porque é necessário atualizar na questão das leis
748 orçamentárias. Também ressaltou em relação a atualização da institucionalidade que já está na
749 esfera da NOB/SUAS, para evitar amadorismos no controle social. Ainda acrescentou sobre a
750 questão de observar as leis orçamentárias para garantir recursos, recompor a questão dos dados.
751 Outra coisa que também foi colocada, é em relação ao tratamento dos dados do Censo SUAS de
752 pequeno porte 1 e 2, que precisa ser diferenciado. Então, trouxe essas considerações colocando
753 dentro do plano de ação do Conselho Nacional e, que essas contribuições também serão, com
754 certeza debatida na Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. A conselheira Vânia também
755 destacou para a carência de participação de parte dos trabalhadores, e da dificuldade no momento da
756 liberação para garantir a participação. A questão dos usuários, também, a baixa representação dos
757 trabalhadores, de modo geral, a sociedade civil, como todas as entidades, conforme a conselheira
758 Sandra colocou. A conselheira Mariana recordou do papel cartorial desempenhado pelo Conselho,
759 que mais de 70% estavam direcionadas à análise da certificação das entidades beneficentes de
760 assistência social (CEBAS) e o quanto isso poderia retirar o potenciado que o Conselho teria de
761 debater, normatizar e aprofundar a política de assistência social. Lembrou o quanto já amadureceu
762 nesse percurso e conseguiu avançar. O quanto se pode qualificar o espaço e a atuação de cada um
763 dos profissionais da gestão e atores do sistema, nesse espaço. Ressaltou que esse trabalho é
764 importante porque traz a sensibilidade ao mesmo tempo em que aponta para o momento de rever o
765 quanto ainda podemos fortalecer esses espaços. Parabenzou e ressaltou que vão olhar com muito
766 carinho na Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, porque aqueles dados vão qualificar o

767 plano de trabalho e vai ajudar a avançar, fortalecendo o espaço que não é a única forma de exercício
768 do controle social, mas ela deve ser preservada no sentido de garantir a participação daqueles que
769 defendem a consolidação do Sistema Único da Assistência Social e a sua materialização dos
770 territórios de cada uma das esferas. A Presidente Norma, em concordância do pleno, passou a
771 palavra aos participantes Jairo e Ivani para algumas considerações. A Senhora Ivani Trigueiro do
772 FONACEAS/RN destacou que sempre apresentam pesquisas e dados com relação a Política de
773 Assistência Social e recorte do Controle Social. Então, destacou a necessidade de se observar de
774 uma forma mais apurada os dados porque, por exemplo, a paridade dos conselhos estaduais, consta
775 dois estados e o Jairo vai falar que está como não tendo paridade, mas que sempre tiveram paridade.
776 O que não tem é a proporcionalidade dentro do segmento da sociedade civil. Às vezes as
777 modificações são feitas pelo sistema, por algum problema, e não consegue visualizar a realidade.
778 Destacou que as reuniões trimestrais do CNAS com os CEAS e CAS/DF, reuniões descentralizadas
779 e as reuniões regionais fortaleceram muito e essa troca possibilitou a qualificação da atuação do
780 controle social. Em relação ao acórdão do TCU, ressaltou as discussões e planejamento dos próprios
781 conselhos estaduais, estão em sinergia com a questão da atualização da legislação. Outro ponto é a
782 ausência da Lei do SUAS nos municípios e em alguns estados, que quando suprida, acredita que
783 dará mais condições para fazer um controle social mais efetivo. Ressaltou nos estados o
784 compromisso de socializar e divulgar a pesquisa. O conselheiro Jairo informou que já foi
785 contemplado na fala da Ivani, mas que na reunião Trimestral, na hora que informaram que o
786 CEAS/MA não era paritário, que comunicou à Secretária Executiva do estado e foi resolvido o
787 problema, até porque são sociedade civil, estavam na Presidência e não poderiam admitir um CEAS
788 não paritário. Também que estão em capacitação nos estados e conselhos municipais e o CEAS não
789 poderia falar uma coisa e fazer outra. O Senhor Agostinho Belo do CEAS/PA também se
790 manifestou dizendo que já foi reconduzido, já são dois anos, tanto garantida a paridade como a
791 proporcionalidade. A questão de não justificar a participação dos usuários, custo com deslocamento
792 de usuário, isso tem sido argumentado pela gestão dos municípios. O deslocamento tem que ser
793 custeado pela gestão. E questiona que a prefeitura justifique se não tem garantia nas legislações dos
794 municípios e desconsidera que existe uma legislação maior na LOAS. A conselheira Vânia também
795 parabenizou e esclareceu que a pesquisa em muito ao encontro do que está sendo estudado na 237, e
796 pode contribuir com reflexões que estão fazendo nessa discussão. A Convidada Jucileide, em
797 respostas às considerações apresentadas, justificou que quando falou da metodologia que adotou, se

798 propôs a fazer a pesquisa utilizando a metodologia e fonte de 2010 até 2017, dados do Censo SUAS
799 e esclareceu que o produto apresentado pertencia ao CNAS. Em relação à paridade, justificou que
800 se baseou nos dados do Censo SUAS de 2010 a 2017. Então é uma fonte gigantesca. Eu tinha que
801 fazer escolhas e em diálogo com o CNAS, com a comissão que acompanhou esse produto, tive
802 algumas reuniões, e a gente tinha que escolher as informações mais relevantes para apresentação do
803 produto; e, algumas informações estão na íntegra. Sobre a informação da Lei do SUAS, foram
804 apresentadas outras informações sobre Bolsa Família, plano municipal, porque essas informações
805 também constam no Censo SUAS, mas a informação sobre aprovação da lei municipal da
806 assistência social não foi considerada por ter nas pesquisas informação. Em relação ao Censo Suas,
807 ressaltou que para se conhecer a Política da Assistência Social no Brasil, hoje, é o Censo SUAS.
808 Esclareceu que considera a adequação da realidade dos municípios de pequeno porte 1 e 2 uma
809 realidade dos municípios e, se o Censo SUAS é fonte de coleta dessas informações. Porém pode ser
810 considerada externa em relação à paridade, que é a realidade do município. Então quando fala em
811 adequar para a realidade de 90% dos conselhos municipais, 90% tem essa realidade, ou seja, é a
812 realidade e precisa estar detalhada, porque quando foi pesquisar de novo e quando trouxe à
813 discussão, os dados foram retirados do Censo SUAS. Então quando fala em adequação, está falando
814 para as pessoas que são responsáveis pelo Censo SUAS que ele é a principal fonte, a fonte sólida
815 desde 2010. E concluiu que quando se fala em paridade de representação não é só de governo e
816 sociedade civil, mas também de proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil. Destacou
817 a importância do Censo SUAS ser retrátil no território brasileira. A Presidente Norma agradeceu e
818 informou que o material seria disponibilizado como fonte de pesquisa. Encerrou a reunião do
819 período da manhã e combinou que o retorno aconteceria as 14h30, com a apresentação da Comissão
820 de Monitoramento. **Na tarde do dia 13/03/2019**, a Presidente Norma reiniciou a reunião seguindo o
821 próximo ponto da pauta, leitura do relato da Comissão de Monitoramento das Conferências. O
822 conselheiro Beto pediu uma questão de ordem para fazer o registro da tragédia ocorrida em uma
823 escola pública, em São Paulo, e se solidarizar com os familiares, feridos e demais envolvidos no
824 caso. A Presidente Norma ressaltou a boa lembrança e em seguida passou à palavra a conselheira
825 Aldenora para fazer a leitura. A conselheira Aldenora antes de iniciar a leitura fez alguns
826 esclarecimentos acerca da expectativa que houve na reunião trimestral em relação ao processo
827 conferencial, bem como quanto a produto a ser entregue pela comissão. Ressaltou que a comissão
828 se debruçou, fez um estudo, um levantamento, que foi apresentado pela Secretaria Executiva do

829 CNAS sobre os vários modelos de conferências já ocorridas e nos vários espaços, seja conferências
830 da saúde, da segurança alimentar, da Consorcial, estudamos modelos de documentos a ser
831 encaminhado pela IPEA e também documentos que foram encaminhados pela ex-conselheira
832 Simone Albuquerque, além de serem levados em consideração o estudo aprovado no último
833 encontro do FONASEAS no Amazonas. Destacou que esse é o papel da comissão, ou seja, monitora
834 as deliberações das conferências. Então, iniciou a leitura: “MEMÓRIA. REUNIÃO DA COMISSÃO
835 DE MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE
836 ASSISTÊNCIA SOCIAL. REUNIÃO: 01/2019. DATA: 26 e 27 de fevereiro de 2019 – 09h às 17h.
837 LOCAL: CNAS - Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A sala 108. Membros da
838 Comissão: Aldenora González; Josenildo André Barboza; Norma Suely de Souza Carvalho; Sandra
839 Regina. Convidados/Ouvintes: Karoline Aires; Raquel Martins. Secretaria Executiva do CNAS:
840 Maria Cristina A. M. Lima; Bianca Cunha; Josué dos Santos; Maria Célia Alves; Mirelle Dantas;
841 Rafaela; Randriene Maia; Regina Sermoud; Rodrigo Antunes; Rosângela Almeida; Suelma
842 Ferreira; Wellys Tavares; Yago Batista. Dia 26/02 de 9h às 19h: 1. FINALIZAÇÃO DO
843 PREENCHIMENTO DOS QUADROS DE MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DA 11ª
844 CONFERÊNCIA NACIONAL, COM STATUS DE “IMPLEMENTADA”, “NÃO
845 IMPLEMENTADA”, “EM ANDAMENTO”: A reunião teve início com a leitura do Quadro de
846 Monitoramento e debate acerca do status, natureza e âmbito das deliberações da 11ª Conferência
847 Nacional de Assistência Social. A Comissão decidiu por acrescentar à classificação os seguintes
848 status: Deliberações parcialmente implementadas: aquelas que tiveram alguns pontos
849 implementados ou em andamento e as de natureza Múltiplas ou Intersetoriais; Deliberações que
850 não se aplicam às competências do CNAS: aquelas direcionadas ao CNAS que são de natureza
851 Múltiplas ou Intersetoriais. Logo após a classificação de cada uma das deliberações a Comissão
852 deu início a construção de um documento a ser apresentado durante a Reunião Trimestral do
853 CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e o CAS/DF. Neste documento, além das
854 classificações já mencionadas, foi decidido que, nas deliberações implementadas, em andamento e
855 parcialmente implementadas seriam descritas as ações já executadas ou em andamento e, que no
856 caso das deliberações não implementadas e que não se aplicam às competências do CNAS haveria
857 uma justificativa. ENCAMINHAMENTO: 1 - A Secretaria Executiva do CNAS se encarregará de
858 incluir na Tabela as contribuições da Reunião anterior e das Coordenações a ser encaminhada aos
859 Conselheiros da Comissão até o dia 1 de março. Os membros da comissão deverão encaminhar

860 suas contribuições até o final do dia 7 de março para sistematização pela Secretaria Executiva. 2.
861 A Secretaria Executiva do CNAS, após as contribuições das Coordenações do CNAS e dos
862 conselheiros da Comissão, irá preparar apresentação de resultado parcial do monitoramento das
863 deliberações na Reunião Trimestral do CNAS com CEAS e CAS-DF em de 11 de março de 2019.
864 Dia 27/02 de 9h às 17h: 1. INFORMES. Solicitação de informações sobre realização da
865 Conferência 2019, e-mail recebido dia 30/01/2019 do CMAS de Rio Preto/SP; Solicitação de
866 material da Conferência 2019, e-mail recebido dia 29/01/2019; Solicitação de informações sobre
867 realização da Conferência 2019, e-mail recebido dia 04/02/2019 do CMAS de Maringá/PR;
868 Solicitação de informações sobre realização da Conferência 2019, e-mail recebido dia 05/02/2019
869 do CMAS de Poço de Caldas/MG. A Comissão tomou conhecimento das solicitações recebidas pelo
870 e-mail da Coordenação de Acompanhamento dos Conselhos. 2. APRESENTAÇÃO PELA
871 SECRETARIA EXECUTIVA DO CNAS DA SISTEMATIZAÇÃO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES
872 METODOLÓGICAS/MODELOS (IPEA, FONACEAS E OUTROS) NAS CONFERÊNCIAS
873 NACIONAIS; A Coordenadora da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos elaborou e
874 apresentou para debate síntese sobre contribuições metodológicas/modelos de Conferências
875 Nacionais. Vale destacar na apresentação o modelo da Conferência Nacional da Saúde que neste
876 ano de 2019 está realizando seu processo conferencial para a 16ª Conferência Nacional da Saúde,
877 também chamada de (8ª + 8) pela relevância que esta teve no cenário das políticas de saúde. Esta
878 Conferência acontecerá entre os dias 4 e 7 de agosto de 2019, com 2.952 delegados e 4.588
879 participantes. Destacou-se também na apresentação as seguintes experiências: Conferências
880 temáticas sem caráter deliberativo; Encontros Nacionais realizados com um caráter mais
881 avaliativo, considerando as deliberações de conferências anteriores e resultados alcançados;
882 Etapas virtuais de Conferências que permitem que participantes interajam e elaborem
883 propostas em plataformas virtuais; Etapas livres de Conferências organizadas por grupo de
884 diversas origens que se mobilizam para discutir os temas da conferência e elaboram um documento
885 para enviar à comissão nacional. Foi apresentado ainda o contexto histórico das Conferências
886 Nacionais de Assistência Social que vem ocorrendo de 4 em 4 anos de forma ordinária, e no
887 intervalo de dois anos, entre uma ordinária e outra, de forma extraordinária. Destacou que o
888 Conselho Nacional de Assistência Social iniciou essa prática em 1995 (I Conferência Nacional) até
889 o ano de 2017 (11ª Conferência Nacional) e à exceção da conferência nacional de 1999, todas as
890 demais tiveram caráter deliberativo. Por fim apresentou algumas contribuições do Instituto de

891 *Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, entre elas sugestões metodológicas para a realização dos*
892 *debates que podem ser adequadas ao processo conferencial: Círculo – até 35 pessoas com os*
893 *seguintes princípios: 1) a rotatividade da liderança; 2) responsabilidade compartilhada; 3)*
894 *conhecimento das aspirações do grupo, que é diferente da soma de agendas pessoais; Aquário –*
895 *círculo maior com uma centena de participantes onde os participantes são divididos em um círculo*
896 *interno menor e outros externos; World café - com grupos de 12 a 1.200 pessoas onde o ambiente*
897 *deve ser preparado como se fosse um café, cada mesa deve acomodar de quatro a cinco pessoas,*
898 *possuindo um tema próprio e um anfitrião; Espaço aberto – onde o facilitador pede para que todos*
899 *pensem em uma ideia em resposta ao tema proposto. 3.DEBATE SOBRE O PROCESSO*
900 *CONFERENCIAL EXTRAORDINÁRIO DE 2019: Na Reunião Trimestral do CNAS com os*
901 *Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS/DF será apresentada uma primeira etapa desse*
902 *monitoramento, com as ações e as justificativas do status de implementação de cada uma das*
903 *deliberações. A Comissão destacou que o monitoramento das deliberações é um processo contínuo.*
904 *No próximo momento será necessário buscar as contribuições do próprio Ministério, CIT, dentre*
905 *outros, a fim de prosseguir monitorando os esforços de todos no sentido da implementação das*
906 *deliberações da 11ª Conferência Nacional. Por fim, a CMDC proporá nessa Reunião Trimestral*
907 *sugestões sobre o processo conferencial a fim de fomentar o debate e a construção de consensos*
908 *para avançar num formato e metodologia para a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.*
909 *Encaminhamentos: 1 - Enviar para os conselheiros da Comissão de Monitoramento as*
910 *apresentações realizadas em outubro, pelo Departamento de Proteção Social Básica e pelo*
911 *Departamento de Proteção Social Especial na Comissão de Política, que trazem um balanço da*
912 *implementação dos Pactos de Aprimoramento do SUAS e do Plano Decenal; 2 – Convidar a*
913 *Presidência Ampliada do CNAS, a Presidência do FONSEAS e CONGEMAS para a Reunião*
914 *Trimestral, sem custos adicionais de diárias e passagens para o CNAS, a fim de adensar o debate*
915 *sobre o processo conferencial. 3 – Encaminhar ao pleno uma proposta para que a Comissão de*
916 *Monitoramento possa elaborar num prazo de 45 dias um novo modelo a ser executado na próxima*
917 *conferência. 4. Pauta para a próxima reunião. 1. Convidar a Presidência do CONSEAS SP e o*
918 *CEAS MG para relatar suas experiências e metodologias na realização de Conferências Livres e*
919 *Regionais, nos dias 21 e 22 de março; 2. Delinear uma proposta para a 12ª Conferência Nacional*
920 *a partir das escutas e debates realizados; 3. Definir a pauta para a reunião de abril.*
921 *Encaminhamento da Plenária: - Incluir na pauta da CMDC a sugestão da discussão da*

922 *convocação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social para o pleno do CNAS de abril.*
923 *Aldenora Gomes González. Coordenadora da Comissão de Monitoramento das Deliberações das*
924 *Conferências”. A Presidente Norma abriu para inscrições em relação a orientação apresentada. O*
925 *conselheiro Josenildo propôs alteração da redação do item 3: “encaminhar ao pleno uma proposta*
926 *para que a comissão de monitoramento possa deliberar em um prazo de até 45 dias, um novo*
927 *modelo para ser executado na próxima conferência”. Complementou dizendo que queria que o*
928 *encaminhamento fosse para a próxima reunião. A conselheira Mariana parabenizou a Comissão de*
929 *Monitoramento das Deliberações da Conferência, a conselheira Aldenora, pela condução com muita*
930 *seriedade, muita responsabilidade. Em sua fala, concordou com a posição do conselheiro Josenildo*
931 *em relação ao tempo, entendendo ser necessário amadurecer um modelo de conferência e o seu*
932 *mérito. Ressaltou ser necessário discutir o mérito, apropriar das demandas que são encaminhadas*
933 *pelos municípios, compreender o que pode ser feito para dar visibilidade, concretude àquilo que os*
934 *estados e municípios buscar aprofundar nos seus territórios quando realizam a conferência. Entende*
935 *que esse modelo não atende mais, e que antes de pensar em processo conferencial, se faz necessário*
936 *discutir o que precisa conferir nesse momento. Ressaltou que é preciso ter um novo modelo, que de*
937 *conta de trazer à luz o que realmente se precisa nos territórios para consolidar o SUAS e assegurar o*
938 *exercício da participação e do controle social. O conselheiro Josenildo destacou também a*
939 *importância do apoio por parte do Ministério e pelos técnicos do CNAS. A Presidente Norma*
940 *informou que a proposta é acrescentar “outros convidados” porque abre para outros convidados. A*
941 *conselheira Irene falou da concordou quanto a apresentação de uma proposta exequível para trinta*
942 *dias, ou na próxima reunião, mas demonstrou preocupação com a fala dos que a antecederam em*
943 *relação à necessidade ou não da conferência. Então disse que precisava pautar a conferência sim e*
944 *que o posicionamento da entidade que representa é pelo chamamento da conferência em 2019,*
945 *considerando toda a conjuntura que se vive no país. Destacou, ainda que neste momento tem o*
946 *cumprimento da LOA 2019, é insuficiente para atender a política até o final do ano. Também que*
947 *precisam fazer o debate dos planos plurianuais e em relação à política de assistência social nesses*
948 *planos plurianuais, onde está, como está e como será efetivada. Ressaltou quanto a importância de*
949 *se fazer o debate e concluiu dizendo que a CONFETAM vota sim pela realização da conferência em*
950 *2019. A conselheira Margareth expressiu que o momento ali era *proform* e que já tinha ido aos*
951 *bastidores. E continuou a sua fala dizendo: “Eu estou aqui com toda tranquilidade e com dor na*
952 *alma, dói na alma, quando pela primeira vez na história da assistência social você ainda tem que*

953 *entrar num impasse se você vota ou se você não vota para ter conferência ou para não ter*
954 *conferência. Se tem modelo antigo, se é no modelo velho, se é no novo. Gente, sinceramente, isso é*
955 *uma cortina de fumaça para empurrar mais para frente aquilo que a gente já deveria ter*
956 *deliberado lá em dezembro. Estou chamando para reflexão e só estou dizendo que está doendo aqui*
957 *dentro, está doendo porque a gente tem que ser mais claro aqui, tem que ser mais transparente. Por*
958 *que se o governo não quer dar cheque em branco para a sociedade civil, num momento que tem*
959 *que confiar nesse pleno, e dizer, olha, nós estamos aqui convocando a conferência hoje, assumindo*
960 *nosso compromisso, mas nós temos o compromisso que daqui à próxima plenária vamos trazer um*
961 *modelo novo, porque isso consensua todo mundo. Todo mundo quer uma conferência nova. Mais o*
962 *fato de querer um novo modelo não impede de convocar uma conferência. O que é isso, minha*
963 *gente! Vamos ser sinceros, vamos abrir o jogo. Uma hora vamos votar, uma hora não vamos votar.*
964 *E a gente fica de conversa mole, como aconteceu na trimestral, o caroço fica lá no angu, que*
965 *ninguém coloca esse caroço para fora. Então, dizendo a vocês que eu estou em uma tranquilidade*
966 *assim, estou falando com indignação, porque nunca na história do SUAS este pleno votou se vai ter*
967 *ou não vai ter conferência. Conferência é conferência convocada. Porque isso é o princípio do*
968 *estado democrático de direito; é o SUAS no seu processo democrático. Então agora vamos parar*
969 *tudo, que já era para ter sido feito lá em dezembro, vamos discutir um novo modelo. Aí o*
970 *conselheiro Josenildo para conciliar bota quarenta e cinco, que é a próxima reunião. Então, já*
971 *estou terminando, dizendo que o cheque em branco quem está dando agora somos nós. Não é?*
972 *Porque a gente não sabe nem se com aquilo dali a conferência vai ser convocada. Dito isso, já que*
973 *nós não estamos aqui também para dar cheque em branco para ninguém, então que tenha que sair*
974 *ali conselheiro Josenildo, aquilo que foi colocado nos bastidores. Que a próxima convocação que*
975 *saia a convocação no próximo pleno do CNAS; convocação da décima segunda conferência*
976 *nacional de assistência social, tem que estar lá, porque se não estiver lá, na próxima pauta, como*
977 *você mesmo colocou, no próximo mês, não vai ser de novo convocado a conferência. Que vão vir*
978 *de novo com novo arranjo e o novo arranjo vão empurrar para que não tenha a conferência.*
979 *Terminar dizendo que nós da bancada dos trabalhadores temos a convicção e pelo Fórum*
980 *Nacional dos Trabalhadores do SUAS, pela Frente Nacional em Defesa do SUAS, nós da*
981 *seguridade social temos que ter o compromisso histórico e político de convocar a conferência para*
982 *2019”. O conselheiro Beto destacou que, pelo entender dele, não cabe ao Conselho Nacional de*
983 *Assistência Social avaliar o mérito da conferência, tendo em vista que convocar a conferência é um*

984 dever e uma obrigação do Conselho Nacional. E continuou dizendo que conferência não é do
985 trabalhador ou do usuário, ou das entidades, é da assistência social na qual o governo também está
986 incluído. É uma política que se faz de modo paritário, governo e sociedade civil. Destacou, ainda, a
987 preocupação quando se fala em discutir o mérito da conferência, considerando que há uma previsão
988 legal. Reafirmou que *“essa não é a conferência dos usuários, dos trabalhadores ou das entidades, é*
989 *a conferência da assistência social. E se o governo estiver disposto a dialogar, a escrever, a*
990 *compor conosco essa conferência e implantando o modelo do novo, inovador, vamos fazer juntos*
991 *isso aí. Nós somos um conselho maduro e penso que nós podemos trabalhar nisso de uma forma*
992 *madura, de uma forma focada”*. A conselheira Célia informou que o Fórum Nacional de Secretários
993 de Estados também concorda com a posição do conselheiro do CONGEMAS, o que coincide com a
994 posição da maioria dos estados. Ainda reforçou que, *“Em verdade, a maioria dos estados*
995 *atualmente encontram-se sem condições financeiras para realizar as conferências no modelo*
996 *tradicional, como vinha sendo realizada todos os anos. Sem condições financeiras, inclusive para*
997 *bancar as delegações para vir aqui para Brasília”*. Ainda que tinha sido discutido na reunião do
998 FONSEAS, e, citou mesmo um modelo que desse condições objetivas dos estados realizarem essas
999 conferências. Então, a proposta que foi apresentada realmente está em sintonia com a posição dos
1000 Secretários Estaduais, do Fórum, do FONSEAS. Então a proposta do CONGEMAS foi acatada pelo
1001 FONSEAS. A conselheira Solange, em sua fala, ressaltou que *“conferência é o ato de conferir.*
1002 *Formato depende do momento e o que está se vivendo. Acha importante essa discussão e tem um*
1003 *item ali que fala da questão da comissão que fala que seria a Comissão de Monitoramento e a*
1004 *todos, não é, e mais os convidados. Eu acho importante, porque aí, conforme orientação, que a*
1005 *presidência e vice também já estariam participando, assim como o CONGEMAS que já tem o*
1006 *Josenildo e o Fórum Nacional dos Secretários. Acho que, porque se é uma proposta e há*
1007 *divergência em alguns pontos, alijam assim, que aí quando chegar de novo lá na Presidência*
1008 *Ampliada a gente ter que conversar e discutir em uma outra proposta de nova proposta para a*
1009 *conferência. Mas aqui, enquanto Fórum Nacional, e vivendo a realidade dos usuários, nos*
1010 *preocupa muito em dizer que hoje nós não temos uma questão que chamaria uma conferência*
1011 *extraordinária. Se desde o ano passado a gente está sofrendo sérios cortes em relação ao Benefício*
1012 *de Prestação Continuada, quando existe a questão que vamos ter o desvinculamento do BPC da*
1013 *Previdência Social. Quando temos sérios problemas na alta complexidade, com os idosos em*
1014 *acolhimento, que sabendo que esse valor de quatrocentos reais acontecer, como que um idoso que*

1015 *hoje está no acolhimento vai sobreviver. Nós temos cinquenta e cinco mil pessoas em acolhimento,*
1016 *necessitando política, falando no contingente elevado de usuários que estão sendo deixados com os*
1017 *equipamentos, sem atendimento, os equipamentos já estão sendo fechado, o Centro POP. Então,*
1018 *pessoal, isso não é justificativa de nós acompanharmos essa política, o desmonte que vem*
1019 *acontecendo no dia a dia e os próprios dados do nosso Cadastro Único, que o próprio Ministério*
1020 *faça o monitoramento. Isso me preocupa muito quando hoje nós estamos discutindo a nossa*
1021 *conferência, e aqui existe um outro encontro internacional de gestores municipais tratando da*
1022 *questão de vários pontos, aqui, que foi chamado pelo Ministério. E nós tentamos o tempo todo*
1023 *dialogar com o Secretário que nos ouvisse nesse momento, que nos desse esse retorno em relação a*
1024 *essa questão, que a conferência para nós é o ato maior e o poder dentro do controle social. Como*
1025 *nós vamos fazer um ato dentro do Senado, na Câmara dos Deputados, se nós não tivermos um*
1026 *documento forte e que seria e esse documento seria a base, que respalda o conselho, é resoluções,*
1027 *as deliberações, pareceres e os resultados de conferências. Essa é a forma que nós do controle*
1028 *social sabemos lutar e garantir o direito dos usuários. Então, eu acho que para nós do Fórum*
1029 *Nacional dos Usuários, a gente já conversou, sei que existem questões difíceis, mas para nós, a*
1030 *gente sabe o que é o espaço onde os usuários, seja que formato for, desde que seja incluído o*
1031 *usuário, que o usuário esteja lá, a gente possa dialogar. O que a gente está vendo é que está muito*
1032 *difícil, para nós, saber que forma o Ministério quer essa conferência, é um novo formato. Mais de*
1033 *que forma? Que ele possa nos garantir que daqui a trinta dias vai sair a convocação. Então, para*
1034 *nós, a gente concorda que possa ser chamada a conferência. Até que seria uma forma dos próprios*
1035 *estados e municípios terem tempo de se organizar. Porque eles precisam de tempo para licitação e*
1036 *é justamente o que nós não queríamos, que fosse uma conferência feita de uma forma amadora.*
1037 *Que fosse uma coisa pensada e construída nesse novo momento”. Em seguida a conselheira*
1038 *Mariana pediu a fala para esclarecer a sua posição. “Primeiro eu queria deixar muito claro,*
1039 *conselheira Margareth, que não existe uma cortina de fumaça nesse espaço. Esse é o espaço onde*
1040 *nós temos participação, onde temos autonomia para falar e a autoridade para falar aqui nesse*
1041 *espaço e eu gostaria que nós pudéssemos ter toda a tranquilidade de posições. Não tem nenhuma*
1042 *dificuldade de divergir, desde que a gente tenha respeito, desde que a gente consiga construir*
1043 *caminhos que sejam comuns. Isso aqui a gente nunca teve esse problema nesse lugar. E é por isso*
1044 *que eu acho que nos faz avançar tanto na assistência. Por que em vários momentos a gente*
1045 *divergiu, mas a gente construiu pontos e avançou lá na frente. O que ocorre? Hoje, na data de*

1046 *hoje, treze de março de dois mil e dezenove, nós conselheiros governamentais não temos o*
1047 *entendimento da necessidade de convocação de uma conferência extraordinária em dois mil e*
1048 *dezenove, por vários motivos e que a gente poderia elencar eles aqui para que vocês compreendam*
1049 *com clareza o que a gente quer dizer com a posição de não ter entendimento de convocação. O*
1050 *primeiro motivo que queria colocar é que a fala da conselheira Solange é uma fala bastante*
1051 *importante e que motiva essa nossa posição. Por que? Porque a conferência não pode ser o único*
1052 *espaço de construções de deliberações e de documentos que justifiquem o nosso posicionamento*
1053 *acerca de pontos importantes e politicamente estratégicos. Nós estamos em um ano difícil e aquilo*
1054 *que nos une estarmos aqui, tem que ser maior do que a forma como a gente tem enfrentado esse*
1055 *debate de conferência. Primeiro porque, conferência ainda que fosse convocada hoje para*
1056 *dezembro de dois mil e dezenove, não daria conta de trabalhar os temas delicados que já foram*
1057 *citados aqui, como: reforma da previdência; recomposição do orçamento, nós não temos tempo*
1058 *para tratar desse assunto em conferência. Então, quando a gente fala em discutir mérito ou*
1059 *modelo, a gente está querendo antecipar esses assuntos em outros formatos, em outros fóruns, em*
1060 *outros espaços de representação, inclusive, que pode ser mais alargadas que os formatos*
1061 *tradicionais. Nós temos tido tradição em fazer conferência, onde nós temos um grupo restrito e*
1062 *que, se não me falhe a memória, eu peço ajuda da Mercês para fazer um resgate, toda conferência*
1063 *nacional da assistência social existe moção de repúdio ao número de delegados dos estados. É, ou*
1064 *não é? Com a moção de que não é suficiente, de que não pé representativo, que não dá conta de*
1065 *trazer a tradução dos territórios acerca da necessidade de deliberação ou de formulação de*
1066 *diretrizes específicas sobre esses grupos. O que nós estamos querendo é dar voz aos usuários, dar*
1067 *voz aos trabalhadores, dar voz as entidades, aos gestores que estão tendo dificuldade de manter os*
1068 *serviços funcionando, num ano de recessão, num ano em que vários estados e municípios estão em*
1069 *calamidade financeira decretado. Nós não queremos ser irresponsáveis nesse processo, num ano*
1070 *em que nós temos que gastar energia e fôlego para enfrentar, não nós aqui dentro, não são os*
1071 *convertidos que estão aqui nesse espaço, são os agentes e atores que estão lá no Congresso, lá nas*
1072 *Assembleias Legislativas, nos outros espaços de poder que podem ou não mobilizar ações para*
1073 *recompor orçamento, recompor a reforma para a gente não perder direito com o BPC, tudo isso*
1074 *que nós estamos querendo dizer aqui. Não existe por parte do governo federal, dos representantes*
1075 *do Ministério da Cidadania uma rejeição, desde que nós tenhamos a clareza do que a gente quer*
1076 *conferir. Conselheira Solange fala muito bem, conferir, vamos conferir o que? As deliberações*

1077 *estão chegando agora, da última conferência. De avaliar a última. Vamos deliberar o que agora?*
1078 *Vamos ter clareza de que é isso que estamos falando aqui. Quero dizer uma outra questão. Nós*
1079 *estamos tratando desse tema aqui no plenário pela primeira vez, enquanto grupo, e que todas as*
1080 *negociações de bastidores existem para que a gente possa chegar aqui mais alinhado. Mais este é o*
1081 *espaço de pleno, de participação, de deliberação e nós temos que respeitar. Então, conselheiro*
1082 *Beto, nós não estamos aqui para fazer enfrentamento, nem protesto, nós queremos ter clareza e*
1083 *fazer esse processo de uma forma muito transparente. E se ainda for necessário que a gente tire um*
1084 *posicionamento hoje e vá para votação, convocar ou não convocar conferência, nós podemos*
1085 *startar esse processo, mais nós entendemos que pode ser prematuro pelo que o CONGEMAS já*
1086 *apresentou aqui, pela necessidade da gente ainda ter outras soluções alternativas de modelos que*
1087 *assegurem que nós vamos trazer ao debate, que vamos trazer inovações, vamos trazer outros*
1088 *movimentos que possam assegurar a participação, assegurar que o processo seja democrático, de*
1089 *que seja republicano e, isso, nós estamos dispostos a fazer. Se for necessário sim, que a gente*
1090 *prorroque essa decisão para abril, nós estamos dispostos a fazer. Agora, o que não dá já de*
1091 *antemão garantir, é que de qualquer maneira vamos convocar para algo em abril. Nós não temos*
1092 *clareza desse conteúdo, é isso que nós estamos querendo falar. Se a gente tem esses quase trinta*
1093 *dias para amadurecer essa proposta e chegar em abril com algo para convocar, não teremos*
1094 *nenhum problema, vamos convocar. Só que neste momento, não há o que justifique convocação de*
1095 *conferência com esse formato conferir, deliberar. Num momento em que a gente precisa atacar*
1096 *outros atores, outros processos de trabalho. Nós podemos fazer audiências, encontros regionais,*
1097 *podemos fazer mobilizações. Existem vários outros formatos que trazem essa temática para mesa e*
1098 *que nos ajudam a encaminhar. Então, acho que a gente poderia reduzir as nossas tensões, as*
1099 *nossas ansiedades, buscar aquilo que nos faz estar nesse espaço de deliberação colegiada e ver de*
1100 *fato se a gente tem como prosseguir. Se não, Presidente, eu já queria sugerir que a gente*
1101 *encaminhe para votação, se for o caso. A conselheira Marisa esclareceu que o CONGEMAS já*
1102 *tinha uma posição desse o início em relação a querer a convocação da conferência. Também que o*
1103 *“CONGEMAS vem abrindo um diálogo, inclusive com o ente federado aqui, que representa, nesse*
1104 *formato. Entendendo sim, é unanime aqui de todos os conselheiros o entendimento que este formato*
1105 *que está aí, traduzido por esta comissão, que nos antecedeu para fazer exposição, não é este*
1106 *modelo que nós queremos vivenciar”*. Ainda que a proposta do conselheiro Josenildo é de ampliar
1107 *mais uns dias para discutir e amadurecer. Também entende que há muitas justificativas plausíveis*

1108 para convocar a conferência, sim. Ressaltou ainda que a proposta do CONGEMAS é ter mais
1109 espaço para o diálogo, o amadurecimento para a convocação da conferência. Não é para voltar não.
1110 Não é para chegar daqui a trinta ou quarenta dias, o governo dizer que não. Isso nós não aceitamos.
1111 A conselheira Margareth frisou em sua fala que mesmo o conselho não coordenando, mas tendo
1112 maturidade política para entender que há o momento de recuar. Por isso, corroborou com o
1113 conselheiro Josenildo em ter alguns dias para apresentar o formato novo, mais que a conferência
1114 seja convocada. E completou que quando se referiu na fala dela em cordinha de fumaça estava se
1115 referindo a questão da transparência. Informou ainda que formulou os considerandos solicitados
1116 para apresentar à Presidência Ampliada e que há bastantes considerações, reflexões e motivos para
1117 chamar uma conferência extraordinária. E apresentou o seguinte questionamento: O que vai mudar
1118 daqui até o próximo pleno para convencer o governo de que é importante ter uma conferência?
1119 Concluiu dizendo que *“é angustiante, não só para a gente aqui, mas para a base social que está lá*
1120 *atrás esperando. Que cada um aqui da sociedade civil tem compromisso lá atrás. Além de nós que*
1121 *estamos sentados aqui, tem a responsabilidade que nós tivemos na trimestral com os CEAS aqui,*
1122 *porque quando eu perguntei aqui na trimestral qual o estado vai fazer a conferência se o CNAS*
1123 *convocar? Todos confirmaram que vão convocar. O único que ainda ficou meio assim foi Santa*
1124 *Catarina. Só. Mais todos eles foram unânimes. E ponderou: Então, o que a gente vai fazer? Vamos*
1125 *aprovar hoje? Vai chegar em abril o governo vai dizer que não tem mais nada de novo que nos*
1126 *sensibilize a convocar a conferência. E para terminar dizer mais uma vez: o governo não*
1127 *chamando, aí vai acontecer o que? A sociedade civil vai convocar sozinha com o CONGEMAS? É*
1128 *isso? Como nós vamos fazer? Então, não vai ter conferência? São questões que a gente precisa*
1129 *amadurecer para que a gente tenha nossa responsabilidade política resguardada aqui dentro do*
1130 *CNAS”*. A conselheira Ivelônia cumprimentou a todos e ressaltou que todos, sociedade civil e
1131 governamentais, estavam defendendo a mesma pauta, a Política de Assistência Social. E aí como
1132 que a gente vai fazer para que essas pautas, realmente ajude a fortalecer a Política de Assistência
1133 Social? E complementou: *“Se é o modelo Conferencial, se é um modelo de debate regionalizados,*
1134 *se é um modelo de audiências públicas, se é um modelo de seminário, enfim. É, tinha pensado que*
1135 *seria o prazo para a gente estar qualificando isso, não é. Agora se já for para realmente ser o*
1136 *modelo conferencial, ser o que vai ser instituído, aí eu penso que não tem motivo para adiar, não*
1137 *é?”*. Esclareceu que a sua proposta não era a votação. A conselheira Karoline fez o seguinte
1138 esclarecimento: *“que a posição foi acolher a proposta do CONGEMAS para que a se pudesse*

1139 debater e tratar desse assunto no próximo pleno. Mas tendo em vista as inúmeras falas que foram
1140 colocadas aqui, a gente volta para a proposta inicial. A gente então discute e vota a convocação ou
1141 não da Conferência. E aí é o que a gente quer ouvir como é que, porque como você convocou o
1142 interesse de todos em acolher o encaminhamento da Comissão, ninguém se opôs. Eu tinha
1143 entendido que seria essa posição deste Conselho. Mas as falas dos Conselheiros da Sociedade Civil,
1144 é pela votação, pelo o que eu estou entendendo. Isso. A gente não, pelo o que eu entendi, não ouve
1145 alinhamento em relação a proposta da Comissão. Eu quero que seja esclarecido”. A conselheira
1146 Aldenora falou que a questão da falta do alinhamento, pois a comissão estudou exaustivamente e se
1147 propôs a apresentar um modelo, porém a dificuldade consiste em saber qual o modelo de
1148 Conferência que agrada o governo. Ainda complementou que podem ser feitos diversos formatos:
1149 Conferências livres, Conferências regionais, não inviabiliza a Conferência Nacional. A questão é
1150 política mesmo. Entende a necessidade da realização da Conferência. Porém poderia apresentar
1151 duas ou três propostas, mas não sabem qual a que agrada. E ainda corroborou com a fala da
1152 conselheira Margareth se após apresentar a proposta, quais garantias teriam de que a conferência
1153 seria convocada. Também qual o formato que o governo quer para que pudessem se debruçar com
1154 mais precisão para apresentar. O conselheiro Marcos esclareceu que quando a conselheira Mariana
1155 falou em governo, falou no Governo Federal, na bancada Federal, da mesma forma que quando a
1156 conselheira Marisa falou em governo, falou em Governo Federal e excluiu o CONGEMAS. Em
1157 segundo lugar, esclareceu que não vê diferença entre aprovar agora e depois escolher o modelo ou
1158 aprovar um adiamento de escolha de modelo, com garantia de estar aprovada; o que não está
1159 confortável em votar é a questão de mérito. E fazendo referência ao que o conselheiro Josenildo
1160 falou, que se tinha doze temas numa resolução, oito temas numa resolução. O formato faz isso. E
1161 agindo assim está enfraquecendo o SUAS, e não fortalecendo. E isso está causando desconforto.
1162 Outra coisa, é a discussão; percebe que estão falando de existência ou não de Conferência, enquanto
1163 há uma questão de orçamento para se brigar. Citou, ainda, em relação a Reforma da Previdência.
1164 Concluiu perguntando qual era a proposta, se era votar ou não na Conferência e depois ver o
1165 modelo, ou se vota e desenvolve o modelo. E qual a garantia da Conferência? A conselheira Sandra
1166 também demonstrou preocupação pois quando parecia que estavam chegando a um consenso, uma
1167 manobra voltava para a proposta inicial. Lembrou que estavam no pleno e ali era o local do debate.
1168 E pelo que estava entendendo que a conselheira Aldenora coloca, faz parte da Comissão, já estava
1169 pacificado sobre o novo formato, novo modelo. Que a própria Comissão já vem trabalhando a

1170 avaliação das propostas e da necessidade de se pensar em um novo modelo. Estava entendendo que
1171 já estava pacificado que a sociedade civil queria votar naquele dia acerca da realização da
1172 Conferência. Ressalta que o fato de bater na tecla do orçamento a discutir, não inviabiliza a
1173 convocação da Conferência. A Presidente Norma esclareceu que quanto a proposta foi feita no
1174 sentido de prorrogar, não foi dito que isso garantiria a convocação. A proposta de prorrogação que o
1175 conselheiro Josenildo fez foi para discutir e pautar a convocação na próxima reunião. E que quando
1176 aceitou que ia prorrogar, era porque não iriam debater questões da Conferência naquele momento.
1177 Foi acordado se concordava ou não e a sequência da pauta. Porém no momento em que abriu o
1178 debate, o governo está entendendo que não foi aceita a proposta e que deveria ir para votação.
1179 Conselheiro Josenildo ressaltou para a necessidade de nivelar alguns entendimentos. Primeiro, que
1180 estavam discutindo relato da Comissão; que não estavam pautando o chamamento ou não da
1181 Conferência. Cada um tem uma posição, o FONSEAS tem uma posição, o CONGEMAS tem uma
1182 posição, Sociedade Civil tem a dela e o governo tem a dele. O que se precisa é chegar a um
1183 entendimento que seja benéfico para os usuários da Política de Assistência. A proposta foi criar uma
1184 Comissão que fizesse, pensasse, desenhasse um modelo para uma aproximação. Então, o que estava
1185 em pauta não era convocar a conferência, mas discutir o modelo. Reforçou que a intensão é fazer a
1186 convocação da Conferência com todo mundo junto, pensando junto, agindo junto e em prol dos
1187 usuários da Política de Assistência. Então é importante os trinta dias para aproximar cada vez mais,
1188 buscar um entendimento e dizer onde está sendo discutido a convocação ou não da conferência que
1189 está sendo discutido a questão do novo modelo conferencial. A conselheira Irene se inscreveu para
1190 dizer que foi contemplada na fala do conselheiro Josenildo. Entende ainda que não podem deixar de
1191 falar, dialogar em relação ao momento do debate, pois a sociedade civil, trabalhadores estão
1192 dispostos a fazer um consenso do modelo, porque o que foi apresentado é que haveria acordo do
1193 governo caso mudasse o modelo e, essa fala, é a partir dos relatos que ouviu. E reforçou o
1194 encaminhamento de discutir o modelo, pois até o momento, todas as Conferências foram à pauta
1195 como um assunto normas de pauta do Conselho. A conselheira Margareth em sua fala destacou que
1196 o objetivo de todos é o compromisso com o SUAS. Esclareceu, ainda, que pela proposta do
1197 conselheiro Josenildo do CONGEMAS, entendeu que não precisaria ir a voto e que em abril ia
1198 constar da pauta a convocação da 12ª Conferência, porque até lá a Comissão ia trabalhar com afinco
1199 para apresentar o novo modelo. Entretanto o novo entendimento foi de em abril iria apenas aprovar
1200 a leitura da convocação, os considerandos, objetivos da convocação da Conferência, e que não tinha

1201 garantias que em abril a conferência seria convocada. A questão passa por modelo, por dinheiro,
1202 mais na verdade, está vendo a coisa obscura, porque não estão conseguindo vislumbrar o que
1203 realmente querem para convocar a conferência. O conselheiro Márcio Maurício fez uma reflexão
1204 sobre o debate e ponderou a questão de ficar discutindo uma agenda de tabela, de ter que fazer um
1205 evento, porque é tradicional. Também quanto a preocupação de todos com Política Nacional de
1206 Assistência Social. Então acha importante avaliar os riscos de chamar uma conferência. Durante a
1207 sua experiência nos estados e municípios na gestão descentralizada do Bolsa Família e Cadastro
1208 Único, vê a grande falta de recursos e os questionamentos sobre a aplicação dos recursos IGD para
1209 o DF na convocação das Conferências. Então, a contribuição foi no sentido de se colocar como
1210 responsáveis no momento, os riscos de se chamar uma conferência, os riscos de se repensar um
1211 modelo, de não fazer uma conferência com o nome de conferência, e, repensar esse modelo e trazer
1212 novas contribuições, inovar para garantir o direito de voz dos usuários, dos municípios, gestores que
1213 estão nos municípios. A Presidente Norma colocou a proposta do relato da Comissão de
1214 Monitoramento das Deliberações das Conferências à aprovação e fez um destaque 3: *“Encaminhar*
1215 *ao pleno uma proposta para a Comissão de Monitoramento, apoiada pelo Ministério da Cidadania*
1216 *e outros convidados, para elaborar até a próxima Reunião Ordinária do CNAS, o novo modelo a*
1217 *ser executado na próxima Conferência”*. Por ter havido acordo no encaminhamento, declarou
1218 aprovada a memória. A conselheira Margareth sugeriu um membro da Comissão de Política entre
1219 os convidados. A Presidente Norma esclareceu que essa Comissão já tem um representante de cada
1220 Comissão, da Presidência e Vice-Presidência, CONGEMAS e FONSEAS, ou seja, está composta
1221 com representantes de todos dos segmentos. A conselheira Margareth questionou a redação do
1222 termo “um novo modelo conferencial a ser executado na 12ª Conferência”. E ainda questionou
1223 sobre o local da redação que constava a votação da convocação da Conferência. A Conselheira
1224 Aldenora esclareceu que é da pauta da próxima reunião da Comissão, no item 2: *“Delinear uma*
1225 *proposta para a 12ª Conferência Nacional, a partir das escutas e debates realizados”*. A Presidente
1226 Norma ponderou que há duas coisas sendo colocadas: *“Delinear uma proposta para a próxima*
1227 *Conferência Nacional” e “A partir das escutas e debates realizados”*. Então quando entrar em
1228 pauta na plenária a proposta, vai ser automaticamente votada. O conselheiro Beto destacou que
1229 precisa ter clareza e muita transparência do que está sendo votado, pois se referir à próxima
1230 conferência, pode ser em 2019, 2020, 2021 ou 2022, pois tudo isso faz parte do resultado do
1231 processo democrático. A conselheira Vânia ponderou que se a questão é convocação, a Comissão

1232 colocou de um jeito que não deixa explícito delinear proposta de convocação, por meio de
1233 resolução. Teria que ter colocado isso no encaminhamento da Comissão. A Presidente Norma
1234 esclareceu que está colocada para discutir a proposta, é o que está no relato da Comissão, e não a
1235 convocação da reunião. Ainda ressaltou que o pleno sugira como pauta. Aqui está sendo aprovada a
1236 memória da Comissão. A conselheira Irene propôs que, para não restar dúvida, a seguinte redação
1237 para o item 4 “na pauta da próxima reunião, Convocação da 12ª Conferência Nacional da
1238 Assistência Social”. A Presidente Norma voltou a lembrar que aquele momento estavam tratando da
1239 memória da Comissão e, se alguém precisar incluir alguma coisa na memória, seria a própria
1240 Comissão ou então ela tem que dizer e aí será aprovado ou não. A conselheira Karoline esclareceu
1241 que discutir modelo conferencial implicaria em discutir lapso temporal de realização: 2019, 2020,
1242 será o modelo proposto pelo FONACEAS, o modelo proposto pelo IPEA. Não dá para discutir
1243 modelo conferencial misturando com convocação da conferência. Aí é o ponto em que está em
1244 desacordo. Estão dispostos a discutir o modelo conferencia. E na próxima reunião discutir modelo,
1245 validá-lo e este encaminhamento segue implícito dentro deste modelo. A Presidente Norma
1246 ressaltou que a convocação da conferência não pode aparecer na pauta da Comissão. Se for para
1247 constar é na pauta do pleno. E ali estavam tratando da pauta da Comissão de Monitoramento. A
1248 conselheira Vânia, em questão de esclarecimento, perguntou que quando da apresentação do
1249 relatório pela comissão, após discutido, para aprovação, se os conselheiros poderiam fazer
1250 sugestões. A Presidente Norma esclareceu que pode, mas quem vai alterar é a Comissão com a
1251 anuência da Coordenadora. A conselheira Vânia questionou, por entender que o plenário é soberano
1252 sobre os encaminhamentos da Comissão. A Secretária Executiva, Mercês, esclareceu que durante os
1253 relatos, os encaminhamentos da plenária é colocado em destaque (vermelho). Que não tem como
1254 alterar um encaminhamento de uma Comissão que aconteceu em outro momento, que a
1255 coordenadora assinou e, inclusive, essa memória vai para o arquivo do CNAS. Então não tem como
1256 mudar o texto de uma memória que está sendo discutida. É feito sim, uma observação no
1257 documento com o termo “Memória Pós-Plenária”. E aí traz o encaminhamento da plenária para o
1258 texto. A Presidente Norma esclareceu que o encaminhamento vem para baixo como
1259 encaminhamento da plenária. Então a conselheira Irene sugeriu o item 4 “convocação da 12ª
1260 Conferência Nacional de Assistência Social”. Então a Presidente Norma informou que é sugerir a
1261 convocação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Ali no encaminhamento da plenária
1262 está sugerindo. Aí agora nós vamos colocar para a votação deste pleno, para aprovação deste pleno.

1263 Alguma inscrição? A conselheira Célia disse que o item 4 é pauta para a próxima reunião da
1264 Comissão. E a Comissão não tem o poder de convocar a Conferência. Então esse encaminhamento
1265 seria para a próxima reunião do Conselho Nacional, porque a Comissão não tem esse poder. A
1266 Presidente Norma pediu para colocar: Incluir na pauta da Comissão a sugestão da convocação da
1267 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, para o pleno do CNAS. No pleno de abril. O
1268 conselheiro Allan disse que não, a proposta na realidade, era para votar com relação ao chamamento
1269 ou não da Conferência. Então a Presidente Norma consultou o pleno quanto a proposta de incluir na
1270 pauta da Comissão a sugestão da convocação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social,
1271 para o pleno do Conselho Nacional de abril. Aí, o conselheiro Allan traz a proposta de que a
1272 votação seja naquele momento. O conselheiro Josenildo disse que isso já foi superado, ou seja, tinha
1273 ficado claro que não votariam hoje e teria um prazo para discutir os modelos; e votaria em abril. O
1274 conselheiro Allan esclareceu que não está claro na discussão que a pauta de abril não está
1275 garantindo a convocação ou não da conferência. O conselheiro Josenildo concordou e disse que a
1276 única coisa garantida é que haverá debate. Por isso, a única coisa que pediu foi que fosse incluído
1277 como pauta. A conselheira Mariana, em questão de ordem, pediu para a presidente esclarecer quais
1278 são os elementos que estavam na mesa para avaliação e votação. Porque quando há consenso, há
1279 manifestação de todos; e poucos haviam se manifestado. Então disse achar importante esclarecer
1280 todos os itens, para que fiquem registrados os consensos e todos tenham a clareza de suas posições e
1281 do que vão fazer na próxima reunião. A Presidente Norma esclareceu que a proposta é: *“Incluir na*
1282 *pauta da Comissão a sugestão da discussão da convocação da 12ª Conferência Nacional de*
1283 *Assistência Social para o pleno do CNAS de abril”*. E perguntou se todos estavam esclarecidos.
1284 Então declarou aprovada a memória da Comissão de Monitoramento das Deliberações das
1285 Conferências. A conselheira Margareth justificou a ausência do dia seguinte. A reunião foi
1286 encerrada. **No dia 14/03/2019, pela manhã**, a Presidente Norma saudou a todos e todas e iniciou
1287 com a verificação do quórum. Lembrou que votariam uma Resolução que demandaria quórum
1288 qualificado. A Secretária Executiva Substituta, Maria Auxiliadora, fez o chamamento do quórum:
1289 “Conselheiros titulares presentes: Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa; Raquel de Fátima
1290 Antunes Martins; Allan Camelo Silva; Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto; Célia Maria de
1291 Souza Melo Lima; Marisa Rodrigues da Silva; Norma Suely de Souza Carvalho; Rozângela Borota
1292 Teixeira; Sandra Regina Ferreira Barbosa; Aldenora Gomes González; Solange Bueno; Clóvis
1293 Alberto Pereira. Conselheiros no exercício da titularidade: Fernando Macedo Brandão; Irene

1294 Rodrigues da Silva; Ana Lúcia Soares. Conselheiros suplentes presentes: Ayrton Maurício Azeredo
1295 Silva; Josenildo André Barboza; Ivone Fiori; Vânia Machado; Tathiane Araújo; Aguinaldo Leal;
1296 Jani Capiberibe”. A Presidente Norma destacou que conforme combinado no dia anterior, o
1297 primeiro ponto de pauta seria a memória da Comissão de Financiamento, e pediu à coordenadora
1298 para fazer a leitura. A conselheira Raquel, coordenadora da Comissão de Financiamento assim o
1299 procedeu: “*Memória da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência*
1300 *Social, realizada em março de 2019. “A segunda reunião do ano, realizada no dia 12 de março,*
1301 *pela manhã. Conselheiros presentes: Raquel Martins, Coordenadora; Allan Camelo Silva,*
1302 *Coordenador adjunto; Aline Silva; Ana Lúcia Soares; Josenildo Barbosa; Vandrê Brilhante.*
1303 *Convidados: Ayrton Azeredo, Assessor da SNPDH; Marina Roda, Coordenadora da Coordenação*
1304 *de Assuntos Normativos do SUAS. Ouvintes: Mayara Castro, IPEA; Iara Reis, CMAS/BH.*
1305 *Secretaria Executiva do CNAS: Mirelle Dantas; Rebeca Pinho; Suzany Gonçalves; Vanessa*
1306 *Araújo. Ponto 1 - Apresentação da pactuação da CIT sobre os critérios de partilha para o*
1307 *financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social –*
1308 *SUAS para os estados e Distrito Federal. O assessor da Secretaria Nacional de Promoção do*
1309 *Desenvolvimento Humano – SNPDH, Maurício Azeredo, apresentou dados sobre os critérios de*
1310 *partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS, destacando na*
1311 *apresentação os objetivos do Programa, o público prioritário, os atendimentos realizados e a*
1312 *adesão dos municípios ao Programa. O assessor, informou que já foram realizados 451.930*
1313 *(quatrocentas e cinquenta e um mil, novecentas e trinta) visitas a crianças e 83.699 (oitenta e três*
1314 *mil, seiscentos e noventa e nove) visitas a gestantes. Foram realizadas de julho de 2017 a março de*
1315 *2019 12.247.534 (doze milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e quatro)*
1316 *visitas. O Programa conta atualmente com uma equipe de 16.890 (dezesesseis mil, oitocentos e*
1317 *noventa) profissionais visitantes e 5.208 (cinco mil, duzentos e oito) profissionais supervisores e o*
1318 *orçamento disponível para partilha é de R\$ 31.500.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos mil*
1319 *reais), com o repasse em parcela única referente ao exercício de 2019, conforme os critérios que*
1320 *serão apresentados na minuta de resolução. Questionado sobre a avaliação e monitoramento do*
1321 *Programa, o assessor respondeu que está sendo contratada uma pesquisa de impacto com grupo de*
1322 *profissionais vinculados ao Professor César Victora, que possui ampla experiência em pesquisa*
1323 *com crianças. Encaminhamentos: A Comissão sugere à Plenária: - Aprovação dos critérios de*
1324 *partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de*

1325 *Assistência Social – SUAS, para os estados e Distrito Federal. (Resolução anexa que será lida*
1326 *daqui a pouco); Item 2 - Acompanhamento da Lei Orçamentária Anual - LOA 2019. A Comissão*
1327 *discutiu o cenário atual com relação ao déficit orçamentário da Política de Assistência Social, que*
1328 *vem se agravando a cada ano. Apontou possíveis estratégias, a serem adotadas pelo CNAS, para*
1329 *composição do Orçamento e está elaborando nota, que será apresentada em abril, dividida em três*
1330 *partes: déficit orçamentário dos anos de 2017, 2018 e 2019; impacto do déficit para a continuidade*
1331 *dos serviços e; o impacto dos custos comparativos. Outro ponto abordado pela Comissão foi a*
1332 *possível Proposta de Emenda à Constituição – PEC que altera o Pacto Federativo e propõe, entre*
1333 *outros pontos, descentralizar a arrecadação e desvincular orçamento da União. A previsão é que a*
1334 *Proposta seja apresentada até o final de março. Encaminhamentos: A Comissão sugere à Plenária:*
1335 *Elaborar nota em três partes: orçamento, os impactos do déficit do orçamento e o impacto dos*
1336 *custos comparativos; Dar ampla divulgação a nota nas mídias sociais do CNAS e encaminhar aos*
1337 *parlamentares; Encaminhar ao CONGEMAS e FONSEAS, para conhecimento, notícias referentes*
1338 *a possível PEC sobre o Pacto Federativo que poderá resultar em novo formato financeiro e*
1339 *orçamentário para política de assistência social; Acompanhar a possível PEC sobre o Pacto*
1340 *Federativo e pautar na Comissão, se necessário; Item 3 - Apreciação do Relatório Final da ação*
1341 *8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, exercício 2018. Convidado: Secretária*
1342 *Executiva do CNAS. A comissão optou por pautar esse item na reunião de abril; Definição da*
1343 *pauta da reunião de abril. Item 1 - Apreciação do Relatório de Execução Orçamentária e*
1344 *Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – 1º trimestre. Convidado: FNAS; 4.2*
1345 *Acompanhamento da Lei Orçamentária Anual - LOA 2019. Convidado: SPO/SE; Item 4.3 -*
1346 *Apreciação do Relatório Final da ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência*
1347 *Social, exercício 2018. Convidado: Secretária Executiva do CNAS. Raquel Martins, Coordenadora*
1348 *da Comissão de Financiamento e Orçamento”. A Presidente Norma colocou o relato para*
1349 *apreciação. Item 1, sem destaque. Aprovado. Item 2. Aprovado. Item 3. Aprovado. Item 4. Leitura*
1350 *da Resolução. A conselheira Raquel procedeu à leitura: “Resolução de Março de 2019. Aprova os*
1351 *critérios de partilha para o Financiamento Federal do Programa Primeira Infância no Sistema*
1352 *Único de Assistência Social – SUAS, para Estados e Distrito Federal. O Conselho Nacional de*
1353 *Assistência Social – CNAS, no uso da competência que lhe confere o Artigo 18, Incisos II e V, da*
1354 *Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social e, considerando a*
1355 *Resolução 4, de 21 de outubro de 2016, da Comissão Intergestores e Tripartite, que pactua as*

1356 ações do Programa Criança Feliz no Sistema Único de Assistência Social, assim instituído nos
1357 termos do parágrafo primeiro do Artigo 24, da Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993. Considerando
1358 a Resolução 19, de 24 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social,
1359 constituiu o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos
1360 termos do parágrafo primeiro do Artigo 24, da Lei 8742/93. Considerando a Resolução 20, de 24
1361 de novembro de 2016, do CNAS, que aprova os critérios de partilha para o Financiamento Federal
1362 do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que corresponde a
1363 participação da política de assistência no Programa Criança Feliz, criado pelo decreto 8869, de 5
1364 de outubro de 2016, para os exercícios 2016, 2017 e 2018. Considerando a Resolução 8, de 12 de
1365 abril de 2018, que altera a Resolução 20, de 24 de novembro de 2016. Considerando a Resolução
1366 5, de 21 de outubro de 2016, da CIT, que pactua critérios de partilha para Financiamento Federal
1367 das ações do Programa Criança Feliz no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
1368 Considerando a Resolução 6, de 18 de julho de 2018, da CIT, que pactua critérios de
1369 Financiamento do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS,
1370 para Municípios e Distrito Federal. Considerando a necessidade do aporte de apoio dos Estados
1371 aos Municípios, a partir da Resolução 1, de 13 de fevereiro de 2019, da CIT, resolve: Art. 1º –
1372 Aprovar os critérios de partilha do Financiamento Federal do Programa Primeira Infância no
1373 Sistema Único de Assistência Social – SUAS para Estados e Distrito Federal. Art. 2º – São
1374 elegíveis ao Financiamento Federal, a partir do exercício de 2019, os Estados e Distrito Federal
1375 que tenham executado no mínimo 80% dos recursos repassados, a título do Financiamento Federal
1376 no exercício anterior. Art. 3º - Os Estados e Distrito Federal que aderirem ao programa, a partir
1377 do exercício de 2019, continuarão sendo financiados em parcela única anual, no equivalente à: 1 –
1378 30% dos recursos orçamentários disponíveis que serão distribuídos igualmente entre todos os
1379 estados, perfazendo o valor de R\$350.000,00 para cada um; 2 – 70% dos recursos orçamentários
1380 disponíveis que serão distribuídos de forma proporcional de acordo com: a) O número de
1381 municípios elegíveis pelo programa em cada estados com peso 2; b) A quantidade de crianças e
1382 gestantes potencialmente atendidas pelo programa nos municípios em cada estado com peso 1; e c)
1383 O valor de no mínimo R\$500.000,00, e dois de no máximo de R\$ 2.000.000,00. Parágrafo
1384 Primeiro: Aplica-se ao Distrito Federal somente o valor mínimo disposto no inciso 1 deste artigo.
1385 Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. Norma Carvalho, Presidente do
1386 Conselho Nacional de Assistência Social”. A Presidente Norma abriu para destaques. A conselheira

1387 Aldenora pediu esclarecimento, para melhor entendimento, em relação ao artigo terceira, letras A e
1388 B, quando cita “*O número de municípios elegíveis pelo programa em cada estado com peso 2. E aí*
1389 *no outro: A quantidade de crianças e gestantes potencialmente atendidas pelo programa nos*
1390 *municípios de cada estado com peso*”. O conselheiro Ayrton esclareceu que esse critério vem desde
1391 2017, do primeiro critério de partilha que foi estabelecido pela Resolução 20/2016. Que é adotado
1392 média ponderada. Então apresentou a planilha e mostrou como era feita o cálculo – “*Em primeiro*
1393 *lugar, vocês podem observar que na primeira coluna vem estado por estado, tem o valor fixo que*
1394 *foi estabelecido, de R\$ 350.000,00. Então, como nós temos disponível o valor de R\$ 31.500.000,00,*
1395 *nós diminuimos desse valor, o valor que vai ser da parcela variável que são os outros 70%. Isso 22*
1396 *e 400, que é a diferença entre a primeira, a coluna da parcela fixa e a parcela variável. E explicou*
1397 *como faz a média ponderada: o valor de todos os municípios que são potencialmente elegíveis,*
1398 *você divide pelo total dos municípios, municípios que são elegíveis e geram fator, ou seja, 12*
1399 *dividido por aquele número lá embaixo que é o total dos municípios elegíveis. Então, 3.700, você*
1400 *pega aquele valor lá de cima, da primeira, do primeiro município, divide por esse numerador, que*
1401 *te gera um fator. Esse fator tem peso 2. Então você multiplica por 2. A mesma coisa em relação ao*
1402 *público elegível dos estados. Pega o valor total, pega esse valor divide pelo total do público, que*
1403 *hoje é elegível para o programa e dá o valor do estado. E aí você multiplica. Você multiplica esses*
1404 *dois fatores e divide por 3. Aí dá a média ponderada, que é o valor disponível da parcela variável*”.

1405 A conselheira Aldenora brincou dizendo que é mais fácil compreender que se o estado está no nível,
1406 ele fica com dois milhões. O conselheiro Ayrton explicou também que “*se o estado tem menos*
1407 *municípios elegíveis e um público menor, ele recebe menos, de uma forma proporcional. Se o*
1408 *estado, ele tem uma quantidade de municípios elegíveis maior e tem um público maior, ele recebe*
1409 *mais. Esclareceu, ainda, que deve ser olhado não o total de habitantes, mas o total do público*
1410 *elegível para o programa. E o público elegível para o programa são crianças de 0 a 36 meses do*
1411 *CadÚnico, após a última Resolução do CNAS. Também gestantes do CadÚnico ou Bolsa Família*
1412 *e/ou crianças de 0 a 36 meses do BPC. Esclareceu, também, que os recursos repassados aos*
1413 *estados para o monitoramento dos municípios e as capacitações da metodologia. Então, se o*
1414 *município é menor, ele tem um público menor, ou seja, o monitoramento que o estado faz no*
1415 *município fica mais fácil, porque ele vai ter que treinar menos pessoas para visitas domiciliares.*
1416 *Então, como ele capacita menos, ele monitora menos, ele vai ter menos gastos. Por isso ele recebe*
1417 *menos. É porque o recurso tem um fim específico que é: Capacitação e Monitoramento*”. A

1418 conselheira Rozângela questionou em relação ao artigo segundo, onde fala que tenham executado
1419 no mínimo oitenta por cento dos recursos repassados, a título de financiamento federal no exercício
1420 anterior. Como fica no caso de atraso de repasses. O conselheiro Ayrton disse que não houve
1421 atrasos. E no caso de o estado atingir os oitenta por cento, ele terá o processo iniciado
1422 imediatamente. Também que até hoje, foi verificado que o prazo máximo de atraso foi de quinze
1423 dias. Só cita dois estados que chegou a quase cem por cento, Ceará e Rio de Janeiro, são os dois
1424 estados que precisam fazer o repasse, mas estão esperando a aprovação da Resolução para repassar
1425 o recurso. A conselheira Vânia questionou se o total de recursos disponíveis estavam na planilha e o
1426 conselheiro Ayrton informou ser trinta e um milhões e quinhentos mil reais. Ainda a conselheira
1427 Vânia solicitou que a planilha fosse encaminhada aos conselheiros. O conselheiro Ayrton explicou
1428 ainda que agora com o corte o valor ficou vinte e nove, por conta de Minas e São Paulo que passam
1429 muito dos dois milhões, que é o valor do teto. Informou ainda que atualmente 25 estados aderiram
1430 ao programa; faltando Minas e Santa Catarina. Também disse que a Secretaria está à disposição
1431 para debater sobre o programa, ir ao Conselho e apresentar como funciona o programa. E
1432 complementou que apesar do estado de Minas não ter aderido ao programa, há duzentos municípios
1433 que fazem parte do programa. Já o estado de Santa Catarina só tem um município. A conselheira
1434 Vânia frisou que tem outros motivos além do entendimento do programa, pois o estado não tem
1435 recursos humanos. Que as técnicas não conseguiam nem fazer a vigilância e nem o monitoramento
1436 dos serviços; a equipe é muito reduzida. O conselheiro Ayrton complementou que o recurso
1437 repassado é inclusive para contratar mão de obra, tanto o coordenador, como os multiplicadores,
1438 que são as pessoas para fazer as capacitações e o trabalho de monitoramento in loco nos municípios.
1439 E citou a Instrução Operacional do Fundo nº 1/2017 que dispõe sobre programa, que tanto o estado
1440 quanto os municípios podem contratar mão de obra. Podem tanto efetuar o pagamento das pessoas
1441 que são servidoras efetivas, como cargo comissionado, como bolsistas, estagiários, temporários e,
1442 até mesmo, fazer parceria com organização da sociedade civil. A Presidente Norma sugeriu que
1443 marcassem uma conversa para discutir esse tema específico em outro momento. Então, deu
1444 prosseguimento à pauta e colocou em votação a resolução que deveria ser votada em quórum
1445 qualificado. Nesse momento pediu à Secretária Executiva Substituta para fazer a chamada da
1446 votação, que assim o fez: Conselheira Solange Bueno. Aprovada; Conselheiro Beto. Pela
1447 aprovação; Conselheiro Fernando Brandão. Pela aprovação; Conselheira Maria Amélia Sasaki. Pela
1448 aprovação; Conselheiro Bruno Pinto. Pela aprovação; Conselheira Célia. Pela aprovação;

1449 Conselheiro Allan. Pela aprovação; Conselheira Sandra. Pela aprovação; Conselheira Ana Lúcia.
1450 Pela aprovação; Conselheira Irene. Pela aprovação; Conselheira Aldenora. Pela aprovação;
1451 Conselheira Marisa. Aprovamos Senhora Presidente. Conselheira Rosângela. Pela aprovação;
1452 Conselheira Maria Yvelônia. Pela aprovação; Conselheira Maria. Pela aprovação; Conselheira
1453 Raquel. Pela aprovação; Conselheira Karoline. Pela aprovação; Conselheira Presidente Norma. Pela
1454 aprovação. Então a Presidente Norma declarou aprovada por unanimidade a Resolução e encerrada
1455 a pauta da Comissão de Financiamento. Passou para o próximo ponto da pauta que era o relato da
1456 Comissão Conjunta de Financiamento e Acompanhamento. A conselheira Marisa passou a fazer o
1457 relato: *“Memória da Reunião Conjunta das Comissões de Financiamento e Acompanhamento aos*
1458 *Conselhos da Assistência Social. Março/2019. Reunião: 01/2019. Data: 12/03/2019. 14h às16h.*
1459 *Aqui no CNAS. Conselheiros: Marisa Rodrigues, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento*
1460 *aos Conselhos; Raquel de Fátima Antunes Martins, Coordenadora da Comissão de Financiamento;*
1461 *Allan Camelo Silva; Aline Araújo Silva; Ana Heloísa Viana Silva; Ana Lúcia Soares; Irene*
1462 *Rodrigues; Jani Betânia; Josenildo André; Miriam da Silva Queiroz; Rozângela Borota; Sandra*
1463 *Regina Ferreira; Tathiane Aquino Araújo; Vandrê Luis Menezes. Convidados: Ana Paula Campos*
1464 *Braga Franco, Assessora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social –*
1465 *DGSUAS/CNAS. Ouvintes: Agostinho Soares – CEAS/PA; Iara da Costa Nogueira Reis –*
1466 *CMAS/BH; Ivani Matias Xavier Trigueiro – CEAS/RN; Jairo Maciel A. Dias – CEAS/MA.*
1467 *Secretaria Executiva do CNAS: Maria Cristina, Coordenadora da CAC; Mirelle Dantas,*
1468 *Coordenadora de Financiamento e Orçamento; Josué Santos; Lilian Guedes; Regia Sermoud;*
1469 *Rosângela Almeida; Rebeca de Pinho; Suzany Gonçalves; Vanessa Araújo. 1. Reunião Conjunta da*
1470 *Comissão de Financiamento e Acompanhamento aos Conselhos para elaborar estratégias de*
1471 *fortalecimento dos conselhos, cartilha com orientação para utilização dos 3% do IGD. Convidado:*
1472 *SNAS. A assessora do Departamento de Gestão do Sistema Único Assistência Social – DGSUAS,*
1473 *Ana Paula Franco, apresentou a minuta da cartilha com orientação para utilização dos 3% do*
1474 *IGD. Após os ajustes solicitados pelos conselheiros na reunião de novembro/2018. Os conselheiros*
1475 *das comissões fizeram a leitura do documento com os ajustes realizados pelos departamentos, e*
1476 *sugeriram alterações e inclusões conforme encaminhamentos. A versão atualizada da cartilha será*
1477 *encaminhada para os conselheiros das Comissões de Financiamento e Acompanhamento aos*
1478 *Conselhos de Assistência Social para apreciação e será apresentada a versão final na reunião de*
1479 *abril. Encaminhamentos: As Comissões sugerem a inserção dos seguintes pontos: Inserir a fórmula*

1480 *de cálculo do mínimo de 3% para o uso dos Conselhos; Página dois: Inserir links sobre o papel*
1481 *dos conselhos; colocar perguntas e respostas estratégicas ao final da cartilha, aproximadamente*
1482 *cinco perguntas, dentre elas as sanções; Solicitar ao DGSUAS o material referente as perguntas e*
1483 *respostas e encaminhar para que os conselheiros façam sugestões para inclusão na cartilha;*
1484 *Inserir um link de perguntas e respostas; Fazer a revisão de gênero, Conselheiros e Conselheiras,*
1485 *por exemplo; Encaminhar para os conselheiros para considerações após devolutivas dos ajustes;*
1486 *Utilizar arte do Zivaldo; Apresentar na plenária de abril”. A Presidente Norma lembrou que*
1487 *havia combinado no dia anterior que os relatos seriam em forma de resumo oral e não leitura. E*
1488 *abriu à considerações o relato da Comissão Conjunta. O conselheiro Bruno pediu esclarecimentos*
1489 *quanto ao três por cento do IGD. Após esclarecida a questão, a conselheira Norma declarou*
1490 *aprovada a memória. Passou então ao relato da Presidência Ampliada, lembrando que iam destacar*
1491 *alguns pontos e fazer a aprovação da pauta da próxima reunião, a indicação de participação no*
1492 *Núcleo Nacional de Educação Permanente no SUAS, alguns convites, e a pendência no item dois,*
1493 *que era dos encontros do CONGEMAS. Então, ficou o conselheiro Aguinaldo para a Regional*
1494 *Norte; Regional Centro-Oeste, em Rio Verde, nos dias 23 e 24 de abril, ficou a conselheira Irene.*
1495 *Em relação ao GT, item 6, “com o objetivo de contribuir na construção da proposta de tipificação*
1496 *nacional do Programa Primeira Infância, e foi feita, solicitar ao FONSEAS que indique o seu*
1497 *representante para o GT”. Então precisa definir o nome do representante no GT que trata da*
1498 *tipificação do Programa Primeira Infância no SUAS. E essa indicação tem que ser do FONSEAS.*
1499 *Sugeriu passa à leitura da pauta da próxima reunião porque precisaria ser aprovada. A conselheira*
1500 *Marisa informou para o pleno que o GT Indígena não ocorreu em função de coincidência de*
1501 *comissões na data programada, razão pela qual sugeriu pautar em abril. A Presidente Norma*
1502 *informou que havia ficado para o mês de maio, porque no mês de abril há tem outras comissões*
1503 *para a mesma data. E passou à leitura da pauta: “Nosso anexo A, 274ª Reunião Ordinária do*
1504 *Conselho Nacional de Assistência Social. De 08 a 11 de abril de 2019. Do dia 08/04/2019, Reunião*
1505 *de Comissão. De 09h às 13h, reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*
1506 *Transferência de Renda. De 14h às 18h, reunião Conjunta de Normas e Acompanhamento e*
1507 *Benefícios e Transferência de Renda. No dia 09, reunião das Comissões. Financiamento e*
1508 *Orçamento; Acompanhamento aos Conselhos; Comissão de Norma e de Políticas. De 16h às 18h,*
1509 *reunião da Presidência Ampliada. No dia 10, de 09h às 09h30, Aprovação da ata da 273ª Reunião*
1510 *Ordinária do Conselho Nacional e da pauta da 274ª Reunião Ordinária do CNAS. De 9h30 às 11h,*

1511 *os informes da Presidência, Secretaria Executiva, Ministério da Cidadania, FONSEAS,*
1512 *CONGEMAS, CIT e Conselheiros. De 11h às 12h, relato da reunião da Comissão de*
1513 *Acompanhamento de Benefícios e Transferências de Renda. De 14h às 16h, apresentação do*
1514 *Projeto Conexão Pró Convivência Familiar, filhos de pais em situação de cárcere. Convidados:*
1515 *Associação Brasileira Terra dos Homens; Ministério dos Direitos Humanos; Conselho Nacional do*
1516 *Direito da Criança e do Adolescente - CONANDA; e Departamento de Penitenciária Nacional. De*
1517 *16h às 18h, os informes da CONATRAP. No dia 11, de 09h às 10h30, relato da Presidência*
1518 *Ampliada. De 10h às 12h, relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferências*
1519 *de Renda. De 14h às 15h, relato da Comissão de Orçamento da Assistência Social. De 15h às 16h,*
1520 *relato da Comissão de Política de Assistência Social. De 16h às 17h, relato da Comissão de*
1521 *Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. De 17h às 18h, relato da Comissão de*
1522 *Normas”. No dia 12, Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e*
1523 *Normas, para discutir a 237, o dia todo. A conselheira Irene pediu para incluir na pauta a aprovação*
1524 *da ata da 272 Reunião Ordinária do CNAS. O conselheiro Josenildo sugeriu incluir o relato da*
1525 *Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências cuja reunião iria ocorrer nos dias*
1526 *21 e 22. A Presidente Norma acatou as propostas de inclusão e declarou aprovada a pauta. Seguindo*
1527 *ao próximo ponto da pauta foi a vez do relato Comissão de Política. A conselheira Maria Yvelônia*
1528 *fez o breve relato: “A Comissão de Política, é, estava presente: Margareth Alves, Coordenadora;*
1529 *Aguinaldo Umberto Leal; Célia Maria Melo Souza Lima; Fernando Macedo Brandão; Márcio*
1530 *Fernandes Maurício; Marcos Maia Antunes; Maria Yvelônia Barbosa. Tivemos convidados e*
1531 *ouvintes, assim como participantes da Secretaria Executiva do CNAS. Tivemos como ponto de*
1532 *pauta 1, a interface do SUAS com o Sistema de Justiça. Nesse momento, foi apresentado por parte*
1533 *de convidado da SNAS, quais são as tratativas da Secretaria nacional com o Sistema de Justiça. E*
1534 *aí, em face dessa, da percepção, da necessidade deste Conselho aproximar do Sistema de Justiça,*
1535 *mas também compreendendo a dificuldade de montar grupo de trabalho, frente já existirem outros*
1536 *grupos de trabalho, aqui no Conselho de Assistência, foi proposto que nós faríamos mesmo dentro*
1537 *das próprias reuniões da Comissão, que nós faríamos essa articulação e faríamos os convites.*
1538 *Então, como encaminhamento ficou, que na próxima reunião da Comissão de Política, nós*
1539 *faríamos uma reunião totalmente dedicada ao debate do tema Interface do SUAS com o Sistema de*
1540 *Justiça. E aí como ementa, colocamos que as solicitações pelo Sistema de Justiça aos profissionais*
1541 *do SUAS, extrapolam suas funções, na medida em que se caracterizam como processos*

1542 *investigativos e de responsabilização. E que em algumas em algumas situações, essas demandas*
1543 *violam os princípios de código de ética dos trabalhadores do SUAS. Também, considerando ainda*
1544 *o quadro reduzido de servidores do Sistema de Justiça para o atendimento das suas próprias*
1545 *demandas. O objetivo dessa reunião, é de promover o debate amplo para o estabelecimento e*
1546 *normatização dos fluxos e protocolos entre os Sistema de Justiça e os gestores do Sistema Único de*
1547 *Assistência Social. Pensamos em dividir em dois momentos. No primeiro momento, que seria a*
1548 *reunião de abril, os convidados seriam representantes do CNJ, representantes do CNMP e*
1549 *representantes dos Conselhos de categorias regulamentadas e associações profissionais, não é.*
1550 *Considerando aí a resolução do CNAS, 17/2011. Então, essa é a nossa proposta para a próxima*
1551 *reunião de abril. Numa segunda etapa, em que ainda não foi definido em qual reunião seria, nós*
1552 *discutiríamos os fluxos e protocolos entre Sistema de Justiça e política de Assistência Social, com a*
1553 *presença das seguintes instituições: Confederação Nacional dos Municípios, CONANDA, Conselho*
1554 *Nacional de Saúde, o Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares. E aí para isso*
1555 *precisávamos aqui ter o acordo desse pleno e autorização, para que a gente já pudesse enviar os*
1556 *convites a essas instituições que nós elencamos. O segundo ponto tratado foi a questão racial no*
1557 *SUAS em que, como encaminhamento, foi colocado que para fortalecer o processo de combate ao*
1558 *racismo no SUAS, a Comissão de política estava propondo que a Secretaria Nacional de*
1559 *Assistência Social, verificasse a possibilidade de providenciar material impresso, não é, para ver*
1560 *como que a Campanha SUAS sem racismo estava tendo alcance e potencializar o alcance dessa*
1561 *Campanha nos territórios. Assim como também o informativo que foi feito entre CNAS e SEPPIR,*
1562 *para que fosse amplamente distribuídos nos Conselhos de Assistência Social e os gestores do*
1563 *SUAS. Também foi pensado na Comissão propor a realização de um painel sobre a questão racial,*
1564 *e aí essa seria uma agenda para junho de 2019, e que teríamos convidados a Professora Zelma*
1565 *Madeira e Célia Zenaide. Zelma que é representante da Universidade Estadual do Ceará e Célia*
1566 *Zenaide, que representa o Conselho Federal de Psicologia. Também precisamos que haja*
1567 *concordância aqui desse pleno e, e assim, pudéssemos fazer os convites, uma vez que essas*
1568 *profissionais elas têm uma agenda muito concorrida. Nesse momento também, foi colocado que nós*
1569 *teríamos a presença dos, é, isso, a presença dessas convidadas. O terceiro ponto, foi o balanço do*
1570 *monitoramento da rede privada do SUAS, na oferta dos serviços socioassistenciais tipificados. Nós*
1571 *tivemos o convidado Douglas Gualberto Carneiro, ele fez uma apresentação e enfatizou a*
1572 *capilaridade e a importância da rede socioassistencial privada no SUAS. Como encaminhamento*

1573 *desse ponto de pauta, a Comissão de Política propôs manter no plano de ação da Comissão de*
1574 *Política, o debate sobre o “Vínculo SUAS” a ser pautado a médio prazo após a finalização por*
1575 *parte da Secretaria Nacional de Assistência do aperfeiçoamento dos sistemas de informação, que é*
1576 *um projeto de inscrição e a integração entre o CadSUAS e o CNEAS, com vistas a qualificação das*
1577 *informações sobre as entidades e organizações de assistência social e à melhoria do fluxo, evitando*
1578 *retrabalho de gestores e padronizando nomenclaturas. Que também tivesse o envio aos integrantes*
1579 *da Comissão a apresentação feita sobre Monitoramento das ofertas de, das organizações de*
1580 *assistência social. Por fim, teve o informe, não é, sobre o Conselho Municipal de Assistência Social*
1581 *de Belo Horizonte. É, como encaminhamento desse informe do projeto Retorno Protegido, a*
1582 *Comissão de Política propôs que fosse separado ao Conselho Municipal de Assistência Social de*
1583 *Belo Horizonte, mais informações e documentos para subsidiar a análise da demanda. Outro ponto*
1584 *de pauta foi População em Situação de Rua no SUAS, a partir da participação do Movimento*
1585 *Nacional da População em Situação de Rua na plenária do CNAS em novembro, a Comissão*
1586 *propõe os seguintes encaminhamentos: A Comissão de Política irá realizar um painel com a*
1587 *presença da Secretaria Nacional de Assistência Social, Proteção Básica e Proteção Especial, um*
1588 *representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e um representante do*
1589 *Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas para População em*
1590 *Situação de Rua, e aí essa agenda ficaria para julho de 2019. O que também requer um convite*
1591 *urgente a esses profissionais, esses participantes. Para a pauta de abril, ficou, como já*
1592 *mencionado, o único ponto de pauta seria Interface do SUAS com o Sistema de Justiça”. A*
1593 *Presidente Norma abriu para considerações. A conselheira Tathiane fez uma recomendação à*
1594 *questão da interface do SUAS com o Sistema de Justiça, que na segunda fase da segunda etapa da*
1595 *discussão dos fluxos, e pela intimidade com a questão do protocolo do Sistema de Justiça, o*
1596 *conselho LGBT poderia ser convidado a contribuir. A conselheira Mariana ressaltou a importância*
1597 *da Comissão na contribuição da interface do SUAS com o Sistema de Justiça. Inclusive propôs a*
1598 *articulação com o CNMP. Também chamou a atenção para a Participação do CNMP no Encontro*
1599 *Nacional de Reordenamento e Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, em abril de*
1600 *2018. Ressaltou que ainda há juízes que ainda não tem clareza do que é o Sistema Único de*
1601 *Assistência Social e que estão exigindo que seja feita a acolhidas nas unidades de acolhimento,*
1602 *meninos de facções. E fez a seguinte ponderação: “está sendo um grande terror, senhora*
1603 *Presidente, para nós. Porque os trabalhadores não querem atuar. É, estamos na iminência por*

1604 *exemplo, assim, intimidadoras, até pode acontecer algo gravíssimo*". Assim, pediu à Comissão um
1605 olhar especial, no sentido de ampliar a discussão e a interface com o Ministério Público, o Sistema
1606 de Justiça que inclui os juízes, e a observância à situação atual. Ressaltou, ainda, que no Rio Grande
1607 do Norte, o CONGEMAS vem fazendo um trabalho junto a gestão para levantar o que pode ser
1608 atendido, pois a maioria das solicitações não cabem a Política da Assistência Social. Então acredita
1609 que a Comissão dará grandes contribuições no debate para que na discussão dessa interface com o
1610 Sistema de Justiça, mas vinculado à Política da Assistência Social. E, ainda, sugere ampliar o
1611 diálogo com relação ao acolhimento e em serviços de acolhimento. A conselheira Sandra, fez
1612 destaque no ponto três, balanço e monitoramento da rede privada. Questionou se o objetivo do
1613 monitoramento é na dimensão do quantitativo, porque trouxe resultados de mapeamento da rede, e
1614 acompanhamento da rede socioassistencial. E depois ampliar esse monitoramento, no sentido de
1615 formação, capacitação e supervisão. A conselheira Rosângela esclareceu que o encaminhamento do
1616 item três é o "envio aos integrantes da Comissão a apresentação da SNAS, sobre o Monitoramento
1617 das ofertas de organizações de assistência social". E que essas apresentações seriam encaminhadas e
1618 disponibilizadas a todos os conselheiros para análise. A conselheira Célia, só informando em
1619 relação ao item dois, a questão racial no SUAS. Disse que fez contato com a Professora Zelma
1620 Madeira e a mesma aceitou subsidiar a Comissão. Então frisou que a agenda dever ser feita com
1621 antecedência e, por isso, acredita que a data poderia ser na reunião da Comissão do mês de junho. A
1622 conselheira Maria Amélia esclareceu as questões da conselheira Sandra sobre a questão do
1623 Monitoramento da Rede Privada. Explicou que inicialmente é fazer o levantamento e mostrar como
1624 está montada a Rede Privada. O monitoramento depende de informações, por isso, reforçar a
1625 importância da inscrição no CNEAS, as entidades. Por que sem a informação não tem como ter uma
1626 visão do que faz as cinco mil e duzentos organizações. Então, o primeiro passo é monitorar; a
1627 supervisão é uma outra etapa que está mais voltada a atribuição federal exclusiva, supervisão
1628 ministerial, em cima das questões de isenções fiscais. E foi isso, encaminhar para os conselheiros a
1629 visão da rede para analisar os pontos de estrangulamentos, e como foi citada a questão dos idosos.
1630 Quais os pontos de estrangulamento de cada segmento e de cada tema. A conselheira Aline fez uma
1631 contribuição no ponto da interface do SUAS com o Sistema de Justiça. A CIT tem encaminhado
1632 algumas discussões nesse ponto e destacou que seria interessante resgatar algumas memórias do
1633 quanto a CIT já conseguiu avançar nessa discussão da interface do SUAS com o Sistema de Justiça.
1634 Já que a segunda etapa é para construção de fluxos e protocolos. Também que a maioria dos

1635 profissionais tem sofrido com essa imposição de juízes e promotores, que são os assistentes sociais
1636 e psicólogos. Por isso sugeriu a participação da CEFESS e CFP. A conselheira Maria Yvelônia
1637 esclareceu alguns pontos. Por ser uma pauta muito complexa, seria bom dividir em dois momentos,
1638 abril e maio. Em abril, tratar da questão relacionada aos profissionais que são demandados, por
1639 vezes, com situações que extrapolam suas funções e que, em algumas vezes, violam os princípios
1640 dos códigos de ética desses profissionais. Também que já estão convidados o CEFESS e o CFP.
1641 No segundo momento, em maio, discussão dos fluxos e protocolos. Lembrou que na Comissão de
1642 Política tem representante do FONSEAS, e pode convidar o CONGEMAS também, o que trará uma
1643 tranquilidade para a preocupação da conselheira Marisa em relação a questão dos acolhimentos.
1644 Então, é necessário estabelecer esse fluxo em que o judiciário entenda que é o gestor da política que
1645 tem que receber as demandas. Por isso, a opção de fazer uma resolução conjunta. Porque, se o CNJ
1646 e o CNMP, juntamente com este Conselho, dá mais resultado do que se for de modo individual. A
1647 conselheira Marisa frisou que para além do fluxo, é importante que haja um entendimento e diálogo
1648 nessa interface. Também acha importante ampliar esse diálogo em relação a regionalização. Outro
1649 ponto importante, como foi bem destacado, que sejam encaminhadas as principais demandas, e
1650 dentre elas, a questão do custo que se tem das unidades de acolhimento. A Presidente Norma pediu
1651 para que os relatos fossem mais breves. Também acrescentou que o CONGEMAS será convidado a
1652 compor a Comissão. A conselheira Célia lembrou que o estado também tem essa responsabilidade
1653 de normatizar esses fluxos e procedimentos da relação do SUAS e Sistema de Justiça. Ainda, que,
1654 se tem isso definido em âmbito nacional, facilita para os estados trabalhar suas normativas em
1655 âmbito estadual. A Presidente Norma consultou se havia mais alguma inscrição. Então, propôs votar
1656 os itens. Item 1. Sem destaques, aprovado. Item 2. Aprovado. Item 3. Aprovado. Item 4. 4.2. Sem
1657 destaque. Aprovado. Item 5. Sem destaque. Então, declarou aprovado o relato da Comissão de
1658 Política. Em seguida, a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. A conselheira Marisa fez
1659 um breve resumo do que aconteceu na Comissão: antes do início das discussões definiram o
1660 coordenador adjunto para a Comissão de Acompanhamento, a conselheira Mariana. Também alguns
1661 informes: dois ofícios de municípios encaminhados para a Comissão e que foi enviada para
1662 Presidência Ampliada para resposta, por entender que é de cunho de respeito a autonomia da esfera
1663 municipal, da esfera estadual e, portanto os conselhos municipais e os conselhos estaduais tem
1664 tranquilidade institucional para exercer sua competência. Também a definição do tema e
1665 programação da reunião Regional que na Presidência Ampliada foi para maio. Então o tema será

1666 “Acompanhamento do Segundo Plano Decenal e do Pacto de Aprimoramento no âmbito da gestão
1667 do Controle Social”. E que estariam oficializando o FONSEAS e o CONGEMAS para incluir na
1668 pauta da reunião do FONSEAS. No mais, na pauta de abril, continuar definir os responsáveis e
1669 prazos das ações do plano de ação que foi considerando importante fechar o ciclo do plano de ação.
1670 Então é fazer a conclusão e pretende fazê-lo na reunião do mês de abril que terá o período da manhã
1671 e da tarde. A Presidente Norma abriu inscrições para destaque. Item 1. A conselheira Célia
1672 questionou como seria esse convite ao FONSEAS, seria reunião com o Conselho? A conselheira
1673 Marisa respondeu que o CNAS iria à reunião do FONSEAS. A conselheira Célia perguntou se tem
1674 previsão de data. A conselheira Marisa informou que a presidência iria oficializar. A conselheira
1675 Célia destacou que todas as reuniões ordinárias do FONSEAS não realizada na véspera da reunião
1676 da CIT. A Presidente Norma voltou a perguntar se havia mais destaque e não havendo, declarou
1677 aprovado o item 1. Item 2. Sem destaque. Aprovado. Item 3. Sem consideração. Aprovado. Item 4.
1678 Aprovado. Item 5. Aprovado. Item 6. Sem destaque. Declarou aprovada a Memória da Comissão de
1679 Acompanhamento aos Conselhos. Passou a Memória da Comissão de Normas. A conselheira Vânia
1680 procedeu ao resumo da Comissão de Normas: “*Submeter à Presidência Ampliada. Primeiro: A*
1681 *realização de reunião conjunta entre Comissão de Normas e Comissão de Acompanhamento*
1682 *Benefícios e Transferência de Renda, em maio de 2019, para discutir a nota 512/2018, da*
1683 *CONJUR/MC/CGU/AGU, sobre a preponderância a ser adotada nas análises de pedidos de*
1684 *concessão e renovação dos Certificados de Entidades beneficentes da Assistência Social, em*
1685 *especial as que prestam serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas; 2 – Proposta de*
1686 *subtema a ser trabalhado na Conferência Nacional. Os impactos do Benefício de Prestação*
1687 *Continuada e do CEBAS. Em relação às entidades que prestam serviços de acolhimento*
1688 *institucional a pessoas idosas; 3 – Elaboração de uma nota do CNAS sobre o decreto 9462/2018,*
1689 *que altera o regulamento do BPC. A medida provisória 871/2019, sobre o programa especial para*
1690 *análise e benefícios e indícios de regularidade, A PEC 06/2019, sobre a Reforma da Previdência, e*
1691 *a Emenda Constitucional 95/2016, sobre o teto dos gastos públicos; Outro encaminhamento:*
1692 *Acompanhamento e Monitoramento da proposta da lei do CEBAS. Tratar, na Comissão de Normas,*
1693 *sobre o referenciamento da rede de acolhimento da população idosa, emitindo nota técnica e*
1694 *ressaltando a importância de chamar a rede não governamental para trabalhar em conjunto;*
1695 *Outro, enviar o para, envio do parecer da CONJUR para o conhecimento dos conselheiros da*
1696 *Comissão de Normas. A Comissão de Normas com o Departamento da Rede Socioassistencial*

1697 *Privada do SUAS/DRSP, Secretaria Nacional e com a Coordenação Geral de Benefícios de*
1698 *Acolhimento, de Serviços de Acolhimento do Departamento de Proteção Social Especial do SUAS,*
1699 *CGSA e DPSE, e a Secretaria Nacional, discutirá o planejamento para o levantamento do perfil*
1700 *dos idosos em regime de... Para a pauta de maio; Outro encaminhamento, o último: Convidar a*
1701 *CGSA e o DPSE do Ministério da Cidadania, para discorrer sobre as discussões ocorridas no*
1702 *âmbito da Câmara Técnica de Serviços de Acolhimento para pessoas idosas, CIT. Ponto 2 –*
1703 *Continuação da revisão do Plano de Ação da Comissão. Devida à extensa discussão citada da nota*
1704 *512 da CONJUR, a Comissão de Normas não conseguiu finalizar, não é. Aí o encaminhamento foi*
1705 *submeter à Secretaria a proenização das ações de responsabilidade da Secretaria. Em questão*
1706 *de que, que estão contidas no plano. Definição da pauta de abril/2019. Submeter a Comissão de*
1707 *Normas as demais matérias que estão pendentes na Coordenação de Normas; Tratar sobre o*
1708 *referenciamento da rede de acolhimento da população idosa emitindo nota técnica e ressaltando a*
1709 *importância de chamar a rede não governamental para trabalhar em conjunto; Elaborar uma nota*
1710 *do Conselho Nacional sobre o Decreto 9462/2018, que altera o regulamento do BPC, a Medida*
1711 *Provisória 871/2019, sobre o Programa Especial para análise de benefícios e indícios de*
1712 *regularidade, a PEC 06/2019, sobre a Reforma da Previdência e a emenda constitucional 95/2016,*
1713 *sobre o teto dos gastos públicos. O último, convidar a CGSA, DPSE do Ministério da Cidadania*
1714 *para discorrer sobre as discussões ocorridas no âmbito da câmara técnica de Serviços de*
1715 *Acolhimento para pessoas idosas, na CIT”. A Presidente Norma colocou em apreciação do pleno a*
1716 *Memória da Comissão de Normas. Item 1. Por ter só um item, não teve inscrições. Foi declarada*
1717 *aprovada. A conselheira Vânia explicou que eram os encaminhamentos. A Presidente Norma*
1718 *continuou, item 2 dos encaminhamentos. Item 3, pauta. Sem considerações, declarou aprovada a*
1719 *Memória da Comissão de Normas. Próximo relato foi do GT Incidência. Também combinou com os*
1720 *conselheiros que ao retornarem para o período da tarde, iriam se reunir nas comissões para discutir*
1721 *questões, propostas, ideias para a conferência. E que toda discussão seria sistematizada e*
1722 *encaminhada para a reunião da Comissão de Monitoramento que ocorria no dia 23 de março. A*
1723 *conselheira Norma pediu para a conselheira Aldenora relatar o GT Incidência. A conselheira*
1724 *Aldenora explicou que o trabalho o grupo de Incidência Política havia sido instalado há três meses e*
1725 *procedeu à leitura: “Relatório Final do Grupo de trabalho para atuação junto aos órgãos do*
1726 *governo e ao Congresso Nacional, sobre questões afetas a Política Nacional de Assistência Social.*
1727 *GT Incidência de Política. Instituição objetivo. O GT foi instituído pela Resolução CNAS nº*

1728 21/2018, e prorrogado por 30 dias pela Resolução CNAS nº 02/2019. Teve como objetivo fazer
1729 incidência Política junto aos órgãos do governo e ao Congresso Nacional, sobre assuntos afetos a
1730 Política Nacional de Assistência Social. Composição - O GT foi composto paritariamente pelos
1731 seguintes conselheiros: Aldenora Gomes González, Coordenadora representante do Instituto
1732 EcoVida; Raquel de Fátima Antunes Martins, Coordenadora Adjunta da Secretaria Nacional de
1733 Assistência Social, representante do Ministério da Cidadania, cabendo a um deles a Coordenação
1734 do grupo; Irene Rodrigues dos Santos, Representante da Confederação dos Trabalhadores no
1735 Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT; Maurício José Cunha, representante do Centro de
1736 Assistência e Desenvolvimento Integral – CAD; Josenildo André Barboza, representante do
1737 Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social – CONGEMAS; Leísa Mendes
1738 de Souza, representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social –
1739 FONSEAS. Principais atividades e resultados alcançados. Durante sua vigência, o GT tratou da
1740 questão orçamentária considerando os cortes na LOA 2018 e na PLOA 2019 e, os impactos
1741 causados para os atendimentos socioassistenciais. O grupo de trabalho se reuniu nos meses de
1742 outubro, novembro e dezembro de 2018 e fevereiro de 2019. Foi elaborado um relatório de impacto
1743 do déficit nos serviços socioassistenciais com os cortes feitos no orçamento, para as ações de
1744 proteção social básica e para as ações de proteção social especial. Esse relatório foi utilizado nas
1745 audiências na Câmara e no Senado, para a recomposição do orçamento. Outra iniciativa foi a
1746 divulgação do Manual de Emendas Parlamentares do CNAS. Uma contribuição para o
1747 fortalecimento da Política Nacional de Assistência Social, por meio da estruturação da rede de
1748 serviços de Proteção Social. O manual foi atualizado Comissão de Financiamento e Orçamento
1749 com a intenção de dar visibilidade para o SUAS, apresentando o impacto e a importância das suas
1750 ações para os cidadãos. O manual foi encaminhado por meio do ofício circular nº
1751 03/2018/MDS/CNAS/SE/CF, para os 513 deputados e 81 senadores que compõe o Congresso
1752 Nacional. Foi enviado, via mala direta, para 126 mil e-mails, e está disponível no site do CNAS.
1753 Foram realizadas audiências para composição dos orçamentos de 2018/2019. Com a frente
1754 parlamentar dos Direitos Humanos, com a Comissão de Defesa do Direito da Pessoa Idosa, com a
1755 Comissão de Defesa do Direito das Pessoas com Deficiência, com a Comissão de Legislação
1756 Participativa, com a Relatoria Setorial da PLOA 2019 e com a Frente Parlamentar Mista em
1757 Defesa da Integridade e Prioridade Absoluta da Pessoa Idosa. Os conselheiros nacionais também
1758 participaram do ato em defesa do SUAS, realizado no dia 07 de novembro de 2018, na Câmara dos

1759 *Deputados. O GT também fez incidência para agendamento de audiência com a Comissão Mista do*
1760 *Orçamento do Congresso Nacional. A Presidente do CNAS, Norma Suely, e a vice-Presidente do*
1761 *CNAS, Karoline Aires, participaram de audiência com a Comissão Mista de Orçamento, no dia 13*
1762 *de novembro de 2018, que contou com a presença do CONGEMAS e do Ministro do Planejamento*
1763 *e Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago. E teve como pauta: Os cortes no orçamento da*
1764 *Assistência Social e o impacto dessa medida sobre funcionamento do Sistema Único de Assistência*
1765 *Social. Foram feitas várias tentativas de audiência com o Ministério do Planejamento, Ministério*
1766 *da Fazenda e com a equipe de transição do novo governo. O conselheiro Maurício representou o*
1767 *CNAS em reunião com a Comissão de Transição e entregou ao Ministro Osmar Terra, uma pasta*
1768 *com o Portfólio do CNAS, com a carta, a nova gestão da Assistência Social, carta equipe de*
1769 *transição, conselhos nacionais, LOAS, cartilha SUAS “Modo de Usar”, e ofício solicitando a*
1770 *audiência. Em atendimento ao pleito de recomposição do orçamento da Assistência Social para*
1771 *exercício de 2019, foram aprovadas as seguintes emendas nas respectivas Comissões: 1 –*
1772 *Acréscimo de 1 Bilhão de reais para os Serviços de Proteção Social Especial, ação 219F, aprovada*
1773 *pela Comissão de Seguridade Social e Família; 2 – Acréscimo de 800 milhões de reais para a ação*
1774 *de Proteção Social Básica, ação 219E, aprovada pela Comissão de Defesa do Direito das Pessoas*
1775 *com Deficiência; 3 – Acréscimo de 500 milhões de reais para a ação de estruturação da rede dos*
1776 *serviços do Sistema Único de Assistência Social, ação 219G, meta 1, aprovada pela Comissão de*
1777 *Defesa do Direito da Pessoa Idosa; e 4 – Acréscimo de 27 milhões de reais para ação de*
1778 *estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social, ação 219G, meta 27, para*
1779 *incremento temporário dos pisos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, aprovada*
1780 *pela Comissão de Defesa do Direito da Pessoa Idosa. Apesar da aprovação das emendas nas*
1781 *Comissões, elas não foram contempladas na Lei Orçamentária Anual. No entanto, cabe ressaltar*
1782 *que outros cortes não foram realizados no orçamento destinado a Assistência Social.*
1783 *Encaminhamentos: 1- Priorização dos PL que tramitam no Congresso Nacional. Encaminhar para*
1784 *todos os conselheiros do CNAS, planilha contendo os PL’s que tramitam no Congresso, com*
1785 *matérias afetas a Política Nacional de Assistência Social. A relação com os projetos priorizados,*
1786 *será listada no relato do GT a ser apresentado no mês de março. Inserir na planilha os PL’s que*
1787 *tratam sobre Recursos Humanos na Assistência Social. Verificar na SNAS, setor responsável pelo*
1788 *acompanhamento dos PL’s referente a Assistência Social. Encaminhamento 2: Elaboração de*
1789 *estratégia de Incidência Política para o Conselho Nacional de Assistência Social. Encaminhar por*

1790 e-mail, portfólio do CNAS para todos os parlamentares. Pautar no Congresso Nacional, a Política
1791 de Assistência Social. Solicitar via lideranças do Congresso, audiência pública com parlamentares
1792 para dar visibilidade a Assistência Social e ao SUAS. Envolver os estados através dos colegiados
1793 estaduais de Assistência Social e as representações do FONSEAS, CEAS, Conselhos Municipais e
1794 organizações dos Usuários, Trabalhadores e Entidades, Fóruns, na articulação política junto aos
1795 parlamentares nas ações do CNAS. O CNAS em parceria com o Ministério da Cidadania, deve
1796 desenvolver estratégias de divulgação da Política Nacional de Assistência Social e do SUAS, com
1797 vídeos, materiais impressos, avanços na política, dados, históricos da Assistência. Agenda política
1798 do CNAS. Após análise e discussão de todos os Projetos de Lei que tramitam no Congresso
1799 Nacional, com temática afeta a área da Assistência Social, o GT sugere priorizar: 01 - PEC
1800 383/201, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento
1801 do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, autoria do Deputado Federal, Danilo Cabral –
1802 PSB/PE; 02 – PL 8420/2017, da nova redação a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 93, que dispõe
1803 sobre a organização da Assistência Social, para alterar a composição do Conselho Nacional de
1804 Assistência Social – CNAS. Autor: Deputada Federal Luíza Erundina – PSOL/SP; 03 – PL
1805 9236/2017. Ementa: Altera o inciso 11 e acrescenta os incisos 12, 13, 14 e 15 ao Artigo 20 da Lei
1806 nº 8.742, de 7 de dezembro de 93, para dispor sobre parâmetros adicionais para caracterização
1807 das situações de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação
1808 Continuada pela pessoa com deficiência ou idosa. Autor: Deputado Federal, Eduardo Barbosa –
1809 PSDB/MG; 04 – PL 9394/2017. Ementa: Acrescenta parágrafo único ao Artigo 5º da Lei 8.742, de
1810 7 de dezembro de 93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras
1811 providências para prever a elaboração do Plano Nacional de Assistência Social, de duração
1812 decenal. Autor: Deputado Federal, Eduardo Babosa – PSDB/MG; 05 – PL 8575/2017. Apensado
1813 ao PL 9250/2017. Ementa: Modifica o inciso 1 do Artigo 20 e insere o inciso 5º ao Artigo 21, da
1814 Lei 8.742, de 07 de dezembro de 93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá
1815 outras providências para alterar o conceito de família e tornar de acesso público os dados
1816 relativos ao beneficiário do Benefício de Prestação Continuada. Autor: Deputado Federal,
1817 Eduardo Barbosa – PSDB/MG; 06 – PL 10433/2018. Comissão de Seguridade Social e família.
1818 Ementa: da nova redação ao Artigo 260, da Lei 8.069, de 13 de julho de 90, que dispõe sobre o
1819 Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Explicação da ementa: Trata de
1820 contribuições aos fundos do Direto da Criança e do Adolescente. Autor: Deputado Federal,

1821 *Eduardo Barbosa – PSDB/MG; 07 – PL 7676/2017. Ementa: Cria o orçamento Criança e dá*
1822 *outras providências. Autor: Deputada Federal, Creuza Pereira – PSB/PE; 08 - SFPLC*
1823 *001012/2014, altera a Lei 8742, de 7 de dezembro de 93, para dispor sobre a responsabilidade de*
1824 *normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social. Decisão*
1825 *aprovada pelo plenário e Norma Jurídica gerada sobre a Lei nº 13.714, de 24/08/2018; 09 – PL*
1826 *9708/2018, está na Coordenação de Comissões Permanentes. Ementa: Acrescenta o inciso 12 ao*
1827 *Artigo 20, da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 93, que dispõe sobre a organização da Assistência*
1828 *Social e dá outras providências, para o fim de proibir a oneração do benefício em face de*
1829 *contratação de crédito consignado. Autor: Senador Miguel Lombardi – PR/SP. Aldenora Gomes*
1830 *González, Coordenadora do Grupo de Trabalho para atuação junto aos órgãos de Governo e ao*
1831 *Congresso Nacional sobre questões afetas a Política Nacional de Assistência Social, GT de*
1832 *Incidência Política”. Ainda, explicou que já havia um encaminhamento do CNAS de, em parceria*
1833 *com o Ministério da Cidadania, desenvolver uma estratégia de divulgação da política com todos os*
1834 *materiais e também do acompanhamento dos projetos que tramitam, alguns com mais relevância*
1835 *para a Assistência Social. Ainda, que será encaminhado o levantamento dos projetos para que os*
1836 *conselheiros possam conhecer e acompanhar. Concluiu dizendo que o GT estava encerrando*
1837 *naquela data, mas que o CNAS deveria assumir a responsabilidade de continuar monitorando os*
1838 *projetos que estavam tramitando na Câmara e no Senado. A Presidente Norma ressaltou a*
1839 *importância do papel do GT e destacou a necessidade do pleno pensar e tornar a questão da*
1840 *incidência uma prática comum, não só no CNAS, mais criar mecanismos para que os Conselhos*
1841 *Estaduais e Municipais também pudessem fazer; criar novas estratégias de controle social, de*
1842 *intervenção, de incidência para o fortalecimento da política. O conselheiro Bruno sugeriu que*
1843 *houvesse uma articulação do Conselho com o Ministério, com a Assessoria Parlamentar. Informou*
1844 *que sempre que surge algum projeto de lei, ou ele tramita, ou que se verifica uma evolução no*
1845 *processo de aprovação da proposta legislativa, a assessoria parlamentar entra em contato com as*
1846 *secretarias que são afetas por aquela proposta e pede manifestação. A conselheira Solange*
1847 *parabenizou o GT de Incidência Política pelo seu relato, pela forma como situou a todos sobre a*
1848 *posição dos projetos e, principalmente, na questão do movimento que foi feito em relação ao*
1849 *orçamento. Então, sugeriu ser encaminhado à Presidência Ampliada para que fosse redistribuído*
1850 *para as Comissões para estudo, aquilo que cabia a cada uma. O conselheiro Josenildo fez algumas*
1851 *ponderações. Concordou com a fala do conselheiro Bruno quando fala em utilizar a assessoria do*

1852 Ministério para subsidiar essas questões. Mais discordar, pois a questão da Incidência Política vai
1853 além. Concordar com a Solange que é preciso discutir claramente junto com a Presidência
1854 Ampliada. Mais tem claro que não podem ficar falando para eles próprios. Então, acha que é
1855 necessário ter um grupo, identificar perfis de pessoas, talvez uma comissão formal ou se de cada
1856 comissão se tira uma ou duas pessoas. Ressaltou que nunca se viu o Congresso falar tanto em SUAS
1857 como a partir daquela atuação. A Presidente Norma colocou o relatório final do GT para aprovação.
1858 Informou que já tinha sido acrescentada todas as propostas e contribuições que foram trazidas pelos
1859 conselheiros. E pediu para a conselheira Aldenora ler como ficaram os encaminhamentos. A
1860 conselheira Aldenora fez a leitura: *“como encaminhamento, e aí se concordarmos: Articulação do*
1861 *CNAS, e do, não é. É com. Com o Ministério da Cidadania para que o CNAS seja informado pela*
1862 *ASPAR sobre andamento de PL's que tramitam no Congresso Nacional... Eu acho que referente,*
1863 *que se refere a Política de Assistência Social, não é. Porque se não a gente vai receber uma*
1864 *enxurrada de Projeto”*. A Presidente Norma destacou ser uma ação periódica e permanente. A
1865 conselheira Aldenora sugeriu que os projetos relacionados a orçamento deveriam ser enviados
1866 automaticamente para a Comissão de Orçamento e Financiamento. E tem os outros para as outras
1867 Comissões. A Presidente Norma confirmou que seria distribuição para as Comissões do CNAS de
1868 acordo com o tema. E questionou sobre mais algum encaminhamento. Não havendo, declarou
1869 aprovado o Relatório Final do GT de Incidência Política para atuação junto aos órgãos de Governo
1870 e ao Congresso Nacional, sobre todas as questões afetas à Política Nacional de Assistência Social.
1871 E, após algumas discussões sobre questões de logística acerca das reuniões das Comissões,
1872 prevaleceu o que estava acordado, ou seja, se reuniriam à tarde e todas as deliberações,
1873 sistematizações, contribuições vão para a Comissão de Monitoramento. Ainda propuseram que as
1874 contribuições deveriam ser encaminhadas até o dia vinte e dois de março para que a Secretaria
1875 pudesse reunir todo o material e encaminhar para a Comissão, tendo em vista que a reunião da
1876 Comissão de Monitoramento ocorreria nos dias 25, 26 e 27 de março. Após concordância de todos,
1877 encerrou as atividades. **ENCERRAMENTO:** A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho
1878 agradeceu o empenho, a participação, as contribuições valiosas de todos os conselheiros e encerrou
1879 desejando um bom retorno a todos.

1880

1881

1882

Norma Suely de Souza Carvalho

